



Centro Universitário de Brasília - UniCeub
Faculdade De Ciências Jurídicas E Sociais - FAJS
Curso de Relações Internacionais

AMANDA DA SILVA DIONÍSIO

**O PAPEL DA IDENTIDADE NACIONAL E DO NACIONALISMO NO PROCESSO
INDEPENDENTISTA DA CATALUNHA**

BRASÍLIA
2021

AMANDA DA SILVA DIONÍSIO

**O PAPEL DA IDENTIDADE NACIONAL E DO NACIONALISMO NO PROCESSO
INDEPENDENTISTA DA CATALUNHA**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Martin Adamec

**BRASÍLIA
2021**

AMANDA DA SILVA DIONÍSIO

**O PAPEL DA IDENTIDADE NACIONAL E DO NACIONALISMO NO PROCESSO
INDEPENDENTISTA DA CATALUNHA**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Martin Adamec

Brasília, ____ de _____ de 2021

BANCA AVALIADORA

Professor(a) Orientador(a)

Professor(a) Avaliador(a)

RESUMO

Este trabalho investiga o papel da identidade nacional e do nacionalismo no fomento do atual movimento separatista na Catalunha. O projeto independentista catalão será analisado a partir das perspectivas teóricas de Anthony Smith, Liah Greenfeld e Craig Calhoun. Para tratar do desenvolvimento das ações pró independência serão abordados aspectos históricos da relação da região autônoma da Catalunha com o governo central de Madrid e os fatores que, na trajetória dessa região, favoreceram o sentimento de não pertencimento à Espanha. A partir das abordagens de nação, nacionalismo e identidade, será analisado como o movimento separatista catalão usou da manutenção desses fenômenos para fortalecer a busca pela independência.

Palavras-chave: separatismo; independência, Catalunha, Espanha, nação, nacionalismo, identidade nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. ABORDAGEM TEÓRICA	8
1.1 Anthony Smith	9
1.1.2 Questionamentos sobre nação e nacionalismo na modernidade	18
1.2 Liah Greenfeld	19
1.3 Craig Calhoun	22
1.4 Síntese	24
2. CAPÍTULO II	25
2.1 Dinastia Catalã	25
2.2 Cerco de Barcelona e perda da soberania.....	28
2.3 <i>La Renaixença</i>	28
2.4 A Catalunha no Pacto de São Sebastião	30
2.5 O Franquismo	31
2.6 Redemocratização e recuperação da autonomia	32
2.7 Reforma do Estatuto da Autonomia	33
2.8 Da autonomia à independência	34
3. CAPÍTULO III	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

A Catalunha, situada a nordeste da península ibérica, é uma comunidade autônoma da Espanha que busca sua independência. É a segunda região mais populosa do país, com cerca de 7,4 milhões de habitantes. O governo catalão, *Generalitat*, organiza politicamente a comunidade e é responsável pelo sistema de educação, saúde, energia, segurança e outros diversos serviços públicos, separadamente da capital, *Madrid*. O PIB da região representa cerca de 19% de todo o PIB espanhol.

Sua história é marcada pela afirmação de seu caráter independente baseado, sobretudo, em suas instituições seculares. Desde o século XVIII, quando as instituições políticas da região foram dissolvidas e o ensino do idioma catalão nas escolas foi proibido, estes se tornaram elementos importantes no fomento do sentimento nacionalista e as maiores expressões de sua identidade diferenciada. As diferenças culturais que constituem a base do nacionalismo catalão são amplas e podem ser observadas nos mais diversos costumes: em 2010, por exemplo, as tradicionais touradas espanholas foram proibidas na região.

No século XX a Espanha passou por duas ditaduras¹ que contribuíram para moldar suas relações contemporâneas com a Catalunha – a bandeira catalã foi proibida, as universidades fechadas e os órgãos regionais dissolvidos. Tanto a repressão espanhola quanto a resistência sustentada pelos catalães juntamente com o País Basco e outras comunidades autônomas foram significativos na edificação do nacionalismo que impulsiona as reivindicações independentistas.

Em 2017, após um referendo realizado unilateralmente pela *Generalitat*, a Catalunha proclamou sua independência. Tal fato foi sufocado pelo governo central, que dissolveu o Parlamento catalão e reconfigurou a autonomia da região, marcando o estopim de uma relação historicamente conturbada. As incertezas provocadas por essa crise afetam a vida de mais de quarenta e seis milhões de espanhóis e catalães e é compreendida por estudiosos² da área como uma crise constitucional para a qual ainda não há um diagnóstico que possibilite resolvê-la.

O nacionalismo, por sua vez, caracterizado como uma ideologia de defesa dos ideais nacionais, influenciou fortemente os grandes eventos históricos que moldaram as estruturas contemporâneas do sistema internacional. Apesar de a emergência da pós-modernidade e a

¹ A Espanha foi governada pela ditadura de Primo de Rivera de 1923 a 1930 e pela ditadura de Francisco Franco de 1939 a 1975.

² Suposição defendida por alguns daqueles que dedicam-se à analisar a questão catalã: Enoch Albertí Rovira (2019); Montserrat Clua i Fainé (2014); Romualdo Bermejo García (2018);

intensificação das conexões globais terem motivado declarações sobre sua pouca relevância no presente, questões como movimentos separatistas na Escócia, na Catalunha, em Quebec, entre outras, demonstram que o fenômeno segue sendo um elemento de intensa força, capaz de desafiar a ordem internacional de Estados, sendo descrito por Mearsheimer (2019, p. 8) como “a mais poderosa ideologia política do planeta.”

Possuindo o conteúdo das questões nacionalistas substância para transitar por diversas áreas do conhecimento, tais questões não tem sido tão frequentemente abordadas no campo das Relações Internacionais, apesar de sua comprovada pertinência. Porém, como enfatizado por Griffiths e Sullivan (1997), nosso campo de estudos não pode subestimar a dimensão do fenômeno que ajuda a sustentá-lo. Este trabalho pretende, portanto, explorar a problemática catalã a partir de conceitos fundamentais das Relações Internacionais: Estado, nação, nacionalismo e identidade nacional.

O presente trabalho foi desenvolvido para averiguar como o nacionalismo e a identidade nacional operam no processo secessionista catalão. Para isso, foi empregada abordagem metodológica qualitativa, de cunho descritivo, utilizando-se, para levantamento de informações, de pesquisa bibliográfica, extraindo conteúdo de livros, artigos científicos, jornais, relatórios, além de documentos governamentais e decisões judiciais emanadas pelo Tribunal Constitucional Espanhol.

No capítulo 1 será apresentada uma abordagem teórica sobre os conceitos que compõem a área, pela visão dos autores Anthony D. Smith, Liah Greenfeld e Craig Calhoun. O capítulo 2 abordará, a partir de uma perspectiva histórica, a afirmação da identidade catalã ao longo dos anos por meio de seus elementos particulares e pela manutenção do sentimento nacionalista em contraponto com a Espanha e como os esforços espanhóis para coibir esses elementos resultaram no fortalecimento do nacionalismo catalão. O capítulo 3 tratará da atuação desses fatores na construção do Catalanismo e sua influência no processo político da busca pela independência.

1. ABORDAGEM TEÓRICA

Neste trabalho serão aplicados os estudos de Anthony Smith, Liah Greenfeld e Craig Calhoun e suas interpretações sobre os elementos que moldam a temática como referencial teórico para explicar as forças que sustentam o movimento separatista da Catalunha. Serão apresentadas as perspectivas dos autores acerca da identidade nacional, das nações e do nacionalismo com o intuito de avaliar a importância desses conceitos na realidade vivida pelos catalães.

Os estudos de Smith serão aplicados a fim de possibilitar uma melhor compreensão acerca dos elementos primordiais que compõem o desenvolvimento de algumas nações e de como são instrumentalizados pelo nacionalismo. A abordagem da socióloga Liah Greenfeld contribuirá para o entendimento de como a identidade nacional passou a influenciar a composição da estrutura burocrática - administrativa dos Estados modernos e também da influência de fatores psicológicos na construção de tais identidades. Já a opção por Calhoun justifica-se pela perspectiva do autor acerca do papel político do nacionalismo e da sua relevância em um mundo cosmopolita.

É necessário previamente apontar uma importante distinção entre conceitos que, embora sejam essenciais no estudo das Relações Internacionais, são frequentemente tratados como sinônimos: Estado e Nação. Smith (1991) trata do Estado como um conceito referente exclusivamente às instituições públicas que exercem o monopólio de coerção e imposição em um determinado espaço geográfico, enquanto a nação “representa um vínculo cultural e político, unindo em uma única comunidade política todos aqueles que compartilham uma cultura e um solo histórico.” (SMITH, 1991, p.13, tradução nossa). Em conformidade, para Guibernau (2003) a nação é um grupo que possuindo consciência de pertencimento, partilha um passado e cultura comuns em um dado território.

É relevante pontuar que foi no contexto da Paz de Vestfália em 1648 que originaram-se as definições do Estado moderno conforme conhecemos hoje. A fim de encerrar as disputas que assolaram a Europa entre 1618 e 1648, conhecidas como Guerra dos Trinta Anos, os entes envolvidos assinaram um conjunto de Tratados nos quais foram moldadas as bases do sistema internacional, por meio da definição das unidades territoriais. Entre as estipulações dos Tratados inclui-se a afirmação do princípio da soberania dos Estados. Como explica a autora Colombo: “a partir desse tratado, a mudança mais significativa foi o aparecimento da figura do soberano como instância política mais elevada na circunscrição de seu território, ou seja, detentor de um poder supremo.” (COLOMBO, 2007, p.3). Nesta

conjuntura os Estados passam a adquirir os moldes do que posteriormente seria definido por Weber como “comunidade humana que dentro de determinado território reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima.” (WEBER, 1982, p.98)

Somente com a emergência da Revolução Francesa as concepções de nação e Estado passam a ser atreladas, originando a ideia de um tipo de Estado em que o uso da força é validado pela nação e que “procura homogeneizar as pessoas sujeitas ao seu poder por meio de uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo ou inventando tradições e mitos de origem da sociedade.” (CARVALHO, 2016, p.25). Segundo Anderson (2008) e Greenfeld (1992), a Revolução marca um momento em que a soberania é transferida da elite para a nação, por sua vez, composta pela população em geral e não somente pela aristocracia. Este pensamento foi referendado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) que estabelece que “[...] o princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhum corpo, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente”. A transição ocorrida a partir da Revolução Francesa é esclarecida por Bobbio (1998, p.810):

Foi assim que a nação foi se tornando a fórmula política em que a burguesia, num primeiro momento, as classes médias, a seguir, e o povo todo, mais tarde, identificaram a afirmação de seus direitos e o progresso das condições materiais contra os privilégios e a dominação arbitrária dos monarcas, da aristocracia e do clero.

O objetivo deste capítulo é explicar os fundamentos que movem a tentativa de uma comunidade que se considera nação de estabelecer seu próprio Estado, a partir dos componentes que integram o campo de estudos. O trabalho desenvolvido busca apreender a identidade nacional, nação e nacionalismo não nos extremos das teorias modernista e primordialista, mas como fenômenos que possuem raízes na antiguidade, assim como sofrem influências e são instrumentalizados por criações modernas, tal qual defendido pelos autores citados.

1.1 Anthony Smith

Anthony Smith (1939 - 2016), um dos mais relevantes teóricos do nacionalismo, insistiu na necessidade de estudos aprofundados sobre as bases da identidade nacional enquanto fenômeno coletivo de consciência de pertencimento, pois acredita que constitui parte fundamental das nossas vidas nos âmbitos social e político, sendo, portanto, origem de comunhão e de conflito. (SMITH, 1997, p.14). No âmbito cultural, manifesta-se em um conjunto de suposições, memórias afetivas, valores, e mitos que espelham idiomas,

legislações, instituições. Politicamente, pode tanto legitimar e influenciar decisões e objetivos governamentais quanto sabotá-los, uma vez que nas democracias o aparato político deve refletir a vontade do povo.

Smith analisa a identidade nacional a partir das funções que ela desempenha em um grupo de indivíduos. Essas funções são classificadas como externas - engloba quesito territorial, econômico e político - e internas, mais íntimas, que conectam os indivíduos às suas comunidades, sendo a mais evidente ação a socialização dos membros de uma comunidade para cultivar o sentimento de união. Para Smith é usando destas funções internas que as autoridades estatais operam para obter de seus membros a adesão à ideia de nação e perpetuar uma cultura comum. (Ibidem, p.15).

Para o autor, a nação é conceitualmente uma combinação de três dimensões: a cívica, a territorial e a étnica e devido a este caráter multidimensional da nação, a identidade nacional torna-se uma força que é flexível na mesma medida em que é duradoura na vida dos indivíduos, que possui capacidade de fundir-se de maneira eficaz com outras ideologias sem perder seu caráter. Segundo Smith, existem pressupostos compartilhados sobre o que constitui uma nação que a diferencia de outros tipos de associações coletivas:

São unidades de população territorialmente demarcadas e que devem ter suas próprias pátrias; seus membros compartilham uma cultura de massa comum e diversos mitos e memórias históricas coletivas; seus membros devem ter direitos e deveres recíprocos regidos por um sistema jurídico comum e a nação deve ter uma divisão coletiva de trabalho e um sistema de produção que permita a mobilidade de seus membros em todo o território. (SMITH, 1991, p. 12, tradução nossa)

Partindo desses pressupostos, Smith identifica o que classifica como principais características da identidade, que vincula os integrantes de uma comunidade à nação: identificação territorial; memórias e mitos coletivos; cultura de massa; igualdade jurídica; unidade econômica. O autor ressalta que existem agentes de socialização popular que têm o papel de garantir a manutenção ao longo do tempo de uma cultura de massa pública comum, usando como instrumentos principais o sistema educacional e os meios de comunicação. (Idem, p.23)

A análise de Smith (1991) sobre as nações parte da crença de que estas possuem origens pré modernas. O autor acredita que as premissas do próprio nacionalismo, quanto simbolismo e ideologia, têm elementos pré modernos. Sua abordagem ressalta a existência e o papel fundamental de elementos da corrente primordialista na constituição das nações em contraposição ao pensamento de que estas são invenções modernas. Propõe que parte da consciência de pertença nacional pode sim ter surgido na modernidade, mas esse surgimento

está ligado à conexões históricas que se desenvolveram ao longo do tempo, a partir das *ethnies* - comunidades étnicas.

Diferentemente de raça, as *ethnies* são comunidades associadas a um dado território, com mitos, tradições e elementos culturais comuns, que compartilham sentimento de solidariedade. Não possuem necessariamente ligações genéticas ou biológicas, mas são conectadas por símbolos que perpetuam vínculos e laços de identificação construídos historicamente. As etnias não se baseiam na perpetuação de genes, mas na continuidade de tradições, memórias históricas e afinidade cultural. Smith defende que as nações desenvolvem-se a partir da propagação histórica de diferentes tipos de grupos étnicos³ por meio das identidades e conexões étnicas que constituem o seu fundamento cultural.

As comunidades étnicas podem transitar entre dois tipos e também combinar elementos de ambos. São teoricamente divididas pelo autor em *ethnies* horizontais, que geralmente culminam em nações de caráter cívico - territorial e *ethnies* verticais, com potencial de desenvolver nações de caráter étnico.⁴ A comunidade étnica horizontal combina dois eventos: desenvolve-se entre os níveis sociais mais altos da sociedade, enquanto, no nível geográfico, pode expandir-se, formando, em alguns casos, vínculos estreitos com os estratos sociais mais elevados de outras comunidades próximas. O autor pontua que esse tipo de *ethnie* possui limites fluidos e falta significado social, uma vez que seu senso de solidariedade coletiva é limitado. (SMITH, 1991, p.45)

Por outro lado, uma comunidade étnica vertical é popular, pois a cultura e os elementos étnicos são compartilhados por todas as classes sociais. As diferenças sociais não geram fragmentação na disseminação cultural, ao contrário, uma cultura histórica característica contribui para unir estratos sociais distintos em torno de uma herança de tradições comuns, principalmente quando estão diante de ameaças externas. Smith afirma que um “zelo fundamentalmente etnocêntrico” (Idem, p.47) pode ser percebido por todas as camadas quando a comunidade está em situação de guerra ou perigo iminente. Essas características tornam a conexão das *ethnies* verticais mais profundas e torna mais difícil (porém não impossível) a aderência externa.⁵

³ Um grupo étnico é um tipo de coletividade cultural que perpetua mitos e símbolos históricos, expressos em costumes, idiomas e instituições. São produtos de forças históricas e por isso estão sujeitos a mudanças. (SMITH, 2009, p.18)

⁴ A Normandia é citada para exemplificar a etnicidade horizontal, pois aqueles que são considerados parte da comunidade étnica são aristocratas, clérigos de alto escalão e os comerciantes mais ricos.

⁵ Smith exemplifica como evolução das *ethnies* verticais, os catalães, os irlandeses e os bascos. São comunidades em que existem muitas diferenças entre as classes sociais, mas os elementos étnicos não são restritos, mas disseminados entre todos os membros.

Embora tenham maior dificuldade em manter seus laços culturais, as *ethnies* horizontais conseguem se perpetuar quando associam-se a outras *ethnies* horizontais e quando incluem ainda que parcialmente em seu círculo de compartilhamento cultural outras camadas da população. Muitas conseguiram manter suas identidades com a incorporação de outros grupos em suas fronteiras e a difusão de sua cultura a outras classes sociais. Smith afirma que o aparato burocrático do Estado foi o principal agente dessa incorporação que permitiu a manutenção das “comunidades étnicas aristocratas”. Por meio de seu corpo administrativo, jurídico, fiscal e militar, possui a capacidade de disseminar os valores e características antes restritos à elite, e assim garantir sua perpetuação.

É pela forma com que se perpetuaram as *ethnies* horizontais que muitos estudiosos acreditam que as nações são criações essencialmente modernas ou que “o Estado foi o criador da nação.” (Ibidem, p. 52). Devido às atividades exercidas para absorver membros que não compunham a elite, mas que eram necessários para dar continuidade a comunidade e à administração impositiva que difundiu na sociedade sob seu território uma espécie de identidade e lealdade cívica não espontânea.

O desenvolvimento de uma nação baseada nas *ethnies* verticais é mais lento e complicado. Nestes cenários, Smith aponta a existência de intelectuais⁶ que operam a manutenção da coesão das relações sociais no processo gradual em que as comunidades antigas tornam-se nações; suas ações se dão por uma de três vias: um apelo consciente à tradição, uma assimilação do modernismo ou uma tentativa mais defensiva de sintetizar elementos da tradição e incluir aspectos da modernidade, mantendo como base do desenvolvimento “moderno” o mesmo grupo que já partilhava mitos e solidariedade nos tempos passados. Essas orientações refletem diferentes direções na transformação de *ethnies* populares em nações políticas. (SMITH, 2009, p.49)

Smith afirma que a dedução de que as nações são criações modernas ocorre pelos seguintes aspectos: precisam de um espaço geográfico específico com fronteiras definidas; de código jurídico que contemple a cidadania, no caso de nações independentes; de economia unificada com mobilidade de bens e de pessoas; de um sistema público de educação de massas e meios de comunicação que possam socializar e incluir as futuras gerações no seio da nação.

Porém, apesar de todos os elementos modernos que as compõem, "se uma nação, por mais moderna que seja, quer sobreviver neste mundo moderno, deve fazê-lo em dois níveis: o

⁶ Denominados *intelligentsia* pelo autor

sócio político e o cultural psicológico.” (SMITH, 1991, p.62, tradução nossa). É no campo cultural psicológico que destacam-se os elementos preservados da antiguidade - as tradições historicamente compartilhadas dão continuidade ao sentimento de pertencimento nos indivíduos. Seguem sendo essenciais na medida em que determinam o diferencial da nação e estabelecem o “nós” e o “outro”.

A localização é outra característica preservada da antiguidade. Smith ressalta a importância do território tanto na busca por reconhecimento internacional quanto para conquistar o objetivo de segurança e autonomia interna.

Os aspectos profundamente práticos da nacionalidade andam de mãos dadas com o puramente simbólico. O nacionalismo é sobre 'terra', tanto em termos de posse e - literalmente - reconstrução, quanto em pertencer ao local onde os ancestrais viviam. (Idem, p.63, tradução nossa)

Ao abordar o nacionalismo, Smith (2009) contesta as premissas modernistas de que o nacionalismo é o criador de identidades nacionais e que as nações são criações inventadas. Enfatiza que as comunidades étnicas formaram a base para o desenvolvimento de muitas nações. Sua teoria não nega que o nacionalismo contribui na formação de nações, mas afirma que o que se entende por nacionalismo opera em diversas perspectivas e pode ser considerado tanto uma forma de cultura como uma ideologia política e movimento social e embora se manifeste em tempos modernos, é impossível compreender a força que tem nas sociedades sem analisar sua vertente cultural e social cuja existência se deve à presença das *ethnies* pré modernas.

Assim, o nacionalismo é uma ideologia política que precisamente gira em torno de uma doutrina cultural, já que seu objeto principal e campo de atuação é a nação e os indivíduos que a compõem, que possuem, em sua maioria, relações étnicas históricas. É um movimento ideológico cujo objetivo é conquistar ou defender a identidade, unidade e autonomia de uma nação. (Ibidem, p.70)

Segundo Smith (2009) as ideias que constroem o nacionalismo são suscetíveis a manipulações e mudanças e cada conjunto maleável de crenças, sentimentos e símbolos só pode ser entendido em cada caso específico. Assim, nos movimentos nacionalistas podemos encontrar diferenças de objetivos, que remetem às diferenças dos modelos cívico territorial e étnico genealógico das nações. Tais diferenças são tão significativas que originam diferentes tipos de nacionalismo.⁷

⁷ Não significa que a noção geral de nacionalismo esteja errada, mas que é um recurso de simplificação para quando não convém realizar a tarefa de explicar o papel que cada ideia ou movimento nacionalista desempenha em um determinado contexto.

Utilizando esses critérios, Smith (1991) detecta dois tipos de nacionalismo: territoriais e étnicos. Nos nacionalismos territoriais, os movimentos que precedem a independência objetivam expulsar os governantes estrangeiros e instituir em substituição um Estado - nação próprio. Tem caráter anticolonial. Os movimentos pós independência mantém a ideia de nação cívica e territorial e visam integrar a comunidade em um aparato político, mantendo a coesão social. Nos nacionalismos étnicos, os movimentos que antecedem a independência objetivam separar-se de uma unidade política maior e estabelecer em seu lugar uma nação baseada na *ethnie*. São nacionalismos de secessão. As ações pós independência pretendem integrar todos aqueles que pertencem à nação e construir um Estado baseado nos valores e tradições. Estas situações determinam de forma geral os objetivos políticos de cada nacionalismo.

O intuito nacionalista enquanto ideologia e doutrina é criar um mundo de Estados nações em sintonia com as identidades nacionais. Para isso, é necessário politizar as populações, motivo pelo qual Smith teoriza sobre as tentativas de criação de identidades políticas e comunidades políticas territoriais e as reações étnicas que tais tentativas causaram.

Ao abordar identidade nacional, Smith trata tanto de sua vertente cultural quanto política. Para o autor, o desenvolvimento de uma identidade envolve um processo político e tem consequências políticas, como a mudança na composição de regimes e Estados. (Ibidem, p.91) As aspirações políticas da identidade nacional se ramificam de acordo com os modelos de nação: o modelo territorial e o étnico. Essa ramificação culminou na tentativa de criação de dois tipos de identidade e comunidade política nacional, derivados de correntes culturais distintas.

A influência do nacionalismo na formação das vertentes políticas das identidades foi mais significativa na formação das nações étnicas, originadas das *ethnies* verticais. Segundo Smith (2009), o “etnonacionalismo” apresentou desafios à ordem mundial de Estados. As bases das nações étnicas foram formadas pela *intelligentsia* das *ethnies* verticais usando as características culturais para mobilizar toda a comunidade na criação de uma nação politizada. Em muitas regiões, conseguiram fomentar um nacionalismo sólido.

Ao longo dos séculos surgiram várias ondas de nacionalismos étnicos. A primeira é o período clássico de autodeterminação étnica, durante o século XIX, que emergiu em parte da Europa Oriental e do Oriente Médio. No ocidente, o etnonacionalismo foi, por um lado, renovado em muitas nações da Europa, quando a partir de 1960, houve uma “terceira onda” de demanda por autonomia e por outro lado, muitos movimentos etnonacionalistas europeus (os movimentos catalão, basco, escocês) já aconteciam desde muitos anos. (Idem, p.115)

A terceira onda ocasionou uma importante reavaliação nas teorias de identidade nacional, principalmente porque as teorias existentes eram incapazes de explicar o motivo pelo qual alguns grupos étnicos eram suscetíveis à mobilização vernacular e também ao ativismo político. Surgiram movimentos etnonacionalistas fortes em contextos econômicos diversos - muitos não tiveram relação com fatores econômicos, o que evidenciou a necessidade de compreender o “neonacionalismo” ocidental, no âmbito dos movimentos étnicos.

Segundo Smith, “a forma e o significado da identidade nacional no futuro dependerão em grande parte do sucesso ou fracasso de tais movimentos e da estabilidade de vários sistemas regionais dos Estados.” (Ibidem, p.116, tradução nossa). Os neonacionalismos étnicos têm conexões com os movimentos étnicos anteriores, o que demonstra um determinado aspecto de coesão entre as "ondas" de nacionalismos separatistas e a base cultural que eles compartilham.

Apesar das disparidades de capacidades e coesão social entre os contextos, os objetivos dos movimentos nacionalistas derivados de *ethnies* verticais são semelhantes devido às origens dos processos básicos de mobilização e politização cultural, via pela qual *ethnies* verticais ou populares se tornam nações. O tipo de identidade política gerada neste processo difere das identidades políticas cívicas territoriais e o caráter étnico que possuem tornou-se um desafio ao caráter plural de alguns Estados contemporâneos.

O laço cultural que fundamenta seus objetivos é a existência de uma história pré moderna, que foi usada essencialmente de forma social e política. Os nacionalistas buscavam intensificar o caráter sentimentalista e simbólico das tradições da nação e de seu passado e entrelaçar este vínculo cada vez mais ao território. O processo de despertar político das nações populares sempre ocorreu com base na mobilização vernacular da etnia e na politização de seu patrimônio cultural, utilizando instrumentos necessários para a manutenção de seu espaço original. As relações de comunicação na mobilização vernacular foram recriadas. A mobilização da *intelligentsia* instituiu gradualmente um novo modo nacional de comunicação e socialização, em que tradições, mitos e memórias transbordavam dos núcleos familiares formavam a base de uma nação politicamente consciente.

Essas ações supõem a existência de um espaço geográfico historicamente associado à nação, objeto das demandas nacionalistas. A intensificação dos laços da comunidade com o território implicava também processos pelos quais os elementos naturais da nação eram convertidos em características históricas, abrangendo os monumentos do território, que estavam associados aos mitos e memórias da comunidade. Essas características naturais e

monumentais fortaleceram a *intelligentsia* na mobilização de seus povos pela cultura vernacular. O envolvimento das massas é essencial na busca da soberania. (SMITH, 1991, p.117)

Com o apoio de diferentes tipos de *intelligentsia*, as nações étnicas criaram uma identidade política nacional que perpetua e leva a cultura popular revivida a todos os estratos sociais. Essa identidade também tem seus aspectos cívicos, na medida em que os membros que antes estavam conectados apenas por aspectos culturais tornam-se cidadãos de uma comunidade política que também se define em termos territoriais, mas seu fundamento permanece étnico.

Smith ressalta que “O nacionalismo étnico da mobilização em massa cria uma nação política à imagem de suas supostas raízes étnicas.” (Idem, p.118). Por esse motivo, as identidades originadas a partir de *ethnies* verticais podem ser muito distintas, o que desencadeou antagonismos quando surgiam tentativas de estabelecer nações baseadas em uma única cultura em áreas habitadas por grupos étnicos diversos. Nesses casos, extrair a fonte de legitimidade de uma comunidade cultural exigia além da criação de uma identidade que abarcasse a todos, a transformação desta identidade em “princípio sustentador de uma nova ordem política.” (Ibidem, p.120)

No cenário das nações ocidentais, a Revolução Francesa e os movimentos por ela inspirados foram importantes para alimentar a crença na ideia de que a legitimação do poder político emana do povo. Foi o exemplo que sustentou a credibilidade de muitos movimentos de mobilização vernacular e evidenciou a possibilidade destes resultarem em revoluções políticas. A união dos ideais de soberania popular ressaltados pela Revolução Francesa com a mobilização das *ethnies* verticais resultou em um modelo de identidade nacional que fundiu os ideais cívicos das nações territoriais aos vínculos genealógicos das nações étnicas. (Ibidem, p.119).

Traçando uma linha histórica, Smith pontua que no final dos anos 50 uma nova onda de nacionalismo étnico surgiu nas sociedades industriais. Reacenderam movimentos nacionalistas em Estados que se consideravam imunes à sua influência. Tanto na América do Norte quanto na Europa o intervencionismo do Estado provocou o ressurgimento em minorias étnicas de desejos autonomistas e secessionistas que antes foram reprimidos e que possuíam algumas características comuns: primeiramente, parte desses movimentos era em prol de autonomia e não de separatismo. Os líderes dos movimentos étnicos demandavam autonomia cultural, econômica e social, mas aceitavam a permanência no aparato político do Estatal em que estavam incorporados. Nesse período era essa a orientação da elite dominante

catalã com o governo espanhol, diferentemente do País Basco. A segunda característica é que a maioria dos grupos que buscava autonomia étnica admitia uma dualidade de identificação: fundiam os aspectos culturais derivados da *ethnie* e aceitavam o caráter cívico derivado do Estado: “uma identidade nacional dentro de uma identidade territorial.” (Ibidem, p.121). Tal fato se dava pela facilidade, especialmente a nível econômico, de permanecer na estrutura de um Estado já existente. A terceira é que no período das sociedades industriais tais movimentos ocorreram majoritariamente em Estados que em geral gozavam de um bom nível de padrão de vida. Houve casos em que as *ethnies* e as regiões ocupadas por elas tinham melhores níveis de desenvolvimento econômico que o Estado a que estavam submetidas, como nos casos dos catalães e croatas e também tiveram movimentos em Estados relativamente menos desenvolvidos, mas raras foram as situações em que o cenário era de pobreza. O último ponto é que as ações de autonomia étnica voltavam-se contra Estados que por algum tempo consideravam-se nações sólidas apesar de serem considerados “híbridos nacionais”. (Ibidem, Idem)

Esses movimentos apelam a uma imagem romantizada do passado: “o que éramos” será o exemplo em que se constituirá a nação em potencial: “ao retornar ao passado étnico, a comunidade descobrirá uma estrutura cognitiva, um mapa e um local para suas aspirações difusas.” (Ibidem, p.122, tradução nossa).

Devido a todas as similaridades descritas, a teoria de Smith defende que não se pode categorizar o ressurgimento de ondas nacionalistas nas sociedades industriais como um fenômeno novo originado somente por motivação política, mas como uma nova fase de um processo de mobilização popular vernacular que ocorre no mundo desde meados do século XVII. Esses movimentos compartilham motivações históricas que não são absolutamente recentes, mas com o apoio da população nos anos sessenta, fortaleceram ideais que tinham antes de 1939, em alguns casos (Catalunha, País Basco, Escócia), antes de 1914.

Ocorreram processos de renascimento cultural e linguístico impulsionando o desenvolvimento de movimentos políticos que posteriormente passaram a exigir autonomia para as comunidades que se despertavam para o fato de que suas identidades estavam sendo sufocadas pelo Estado centralizador. Smith considera que o Estado é “um poderoso catalisador para as circunstâncias e sentimentos subjacentes, cuja origem deve ser procurada em outro lugar.” (SMITH, 1991, p.131, tradução nossa). É responsável parcialmente pela “agitação étnica” que causa com políticas cujo objetivo é deslegitimar as culturas paralelas, porém, não é sua origem.

Smith (2009) ressalta que muitos dos governos e Estados possuem capacidades para abafar as demandas étnicas, mas tal silenciamento tem eficácia temporária, pois as ligações que geram a lealdade étnica nacional são profundas e tendem a ressurgir. As causas dos sentimentos que fomentam os movimentos autonomistas e separatistas de origem étnica variam com os períodos e contextos, mas os fatores recorrentes exemplificados acima contribuem para sua proliferação e ressurgimento.

1.1.2 Questionamentos sobre nação e nacionalismo na modernidade

Com o advento da modernidade, a perpetuação de identidades nacionais e a existência das nações em uma nova ordem cosmopolita passou a ser questionada. Segundo Smith (1991), foi a intensificação da interdependência e do capitalismo que condicionou o pensamento de que as identificações nacionais seriam superadas à medida em que se desenvolvessem arranjos regionais mais amplos e que os grupos culturais remanescentes somente conservariam uma “aparência” de nação. Os progressos na integração Europeia no pós Segunda Guerra sustentavam, ainda que temporariamente, tais teorias: representavam condição necessária para reescrever a história do continente e superar os efeitos devastadores das guerras mundiais e dos conflitos internos, muitos dos quais causados pela exacerbação de nacionalismos.

Argumentava-se que a maioria dos Estados são plurais e compostos por etnias heterogêneas e que o caráter das nações abandonava a homogeneidade. Smith contrapõe com a explicação de que o objetivo dos nacionalistas, excetuando-se os casos extremistas e radicais, é alcançar autonomia para sua identidade (peculiaridade e individualidade histórica) e unidade (social, territorial e política) e nesses aspectos nem a identidade e nem a unidade implicam uma completa homogeneização cultural, a exemplo dos suíços que conseguiram unidade política e conservaram sua identidade histórica, apesar das diferenças linguísticas e religiosas existente entre integrantes da comunidade. (SMITH, 1991, p.134).

A ideia de uma cultura universal cosmopolita é, para Smith, uma tentativa artificial de criar uma substituição para as culturas nacionais, que é falha, pois carece de compromisso afetivo com aquilo que transmite, fator que garante a ressonância popular e a durabilidade. (Ibidem, p.145) Faltam os significados que compõem as cerimônias, monumentos, celebrações, que garantem a continuidade cultural ao longo da história.

O desenvolvimento tecnológico pode coexistir, mas não apagar os laços sentimentais cultivados entre as *ethnies*, até mesmo devido à velocidade desigual com o

que se dissemina pelo mundo. Grande parte dos conflitos e protestos populares atuais ainda tem uma dimensão nacionalista, mesmo que possa ser associada com outras questões, como de gênero e classe. As aspirações nacionais podem ser ainda potencializadas quando associadas a outras demandas que não possuem caráter identitário. Não significa que o nacionalismo esteja sendo substituído, mas que as comunidades conseguem fundir suas demandas culturais a outros quesitos sem perder seu caráter, o que pode resultar no fortalecimento dos movimentos. Em determinados momentos é normal que uma população tenha interesses que Smith (2009) classifica como “nacionais” e “não nacionais”.

Essas razões demonstram que as novas dinâmicas da modernidade não foram capazes de acabar com as nações e as manifestações da identidade nacional. O fato da nação e do nacionalismo serem fenômenos globais com capacidade de modificar a composição territorial de Estados justifica a relevância de seu estudo no mundo moderno. Smith defende que contemporaneamente a identidade nacional é além de global, onipresente: marca a indivíduos e comunidades, consciente e inconscientemente, em várias esferas da vida. Sua permanência em um mundo de constantes mudanças deve-se principalmente à função essencial que exerce no campo psicológico dos indivíduos de “fornecer uma sólida comunidade de história e destino para resgatar as pessoas do esquecimento pessoal e restaurar a fé coletiva.” (SMITH, 1991, p.156, tradução nossa). O desaparecimento desse fenômeno na sociedade pós industrial é pouco provável. Ao contrário, deve-se esperar que continue a mover reivindicações e a perpetuar a conexão dos indivíduos com suas origens e *ethnies*.

1.2 Liah Greenfeld

Liah Greenfeld dedica-se a investigar as razões para a emergência do nacionalismo e como esse fenômeno operou e foi sendo transformado em paralelo às transformações da sociedade. A autora estuda a maneira pela qual as formas de identidade nacional e cultura passaram a ser traduzidas em aparatos institucionais, incorporando-se nas estruturas político-sociais das nações. Greenfeld (1993) trabalha os “vários subconjuntos de um conjunto de ideias,” que desenvolvem-se ao redor da ideia de nação - o que aponta como o elemento constitutivo da modernidade. Sua teorização modifica a ordem usualmente presumida nos estudos sobre o advento das nações e identidades nacionais e a modernidade:

A identidade nacional é simplesmente a identidade característica das nações, enquanto o nacionalismo é um produto ou reflexo dos principais componentes da modernização. Em vez de definir o nacionalismo pela modernidade, vejo a modernidade como definida pelo nacionalismo. (GREENFELD, 1993, p.18, tradução nossa)

A autora argumenta que a especificidade do nacionalismo repousa no fato de que a fonte da identidade individual é localizada dentro de um povo - uma massa de população - que por sua vez é o portador da soberania, a base da solidariedade coletiva. Para Greenfeld, apesar de ser uma questão que envolve inúmeros aspectos e conceitos, o único fundamento essencial ao nacionalismo, o que faz dele uma forma particular ou estilo de pensamento, é uma ideia: a ideia de nação. (GREENFELD, 1993, p.3).

Greenfeld analisa as origens e os desdobramentos da palavra nação ao longo da história, que transformou-se de um significado primordialmente utilizado como pejorativo, para um substantivo com o poder de elevar o “povo” ao status de detentor da soberania. Assim como Smith, Greenfeld apreende dois tipos de nacionalismo, que segundo a mesma estão relacionados de maneira significativa, porém, calcados em valores e desenvolvimentos distintos, que por sua vez originaram distintos padrões de comportamento, cultura e instituições.

Para Greenfeld, o nacionalismo, originalmente, surgiu com a ideia de democracia; porém, enquanto espalhava-se ao redor do mundo e a ideia de nação passava a adquirir o sentido de singularidade popular, a conexão original entre o nacionalismo e os princípios democráticos foi diluída. O desenvolvimento da ideia original de nação como “povo soberano” foi baseado em uma transformação social que implicava a elevação simbólica do povo a um status de elite. Em casos, o processo de transformações precedeu a “elevação” - a ideia de nação inspirava-se em um contexto em que o povo já atuava, de certas maneiras, como elite política; em outros casos, ocorreu o contrário: a importação da ideia de soberania popular atrelada ao conceito de nação deu início às transformações nas estruturas políticas e sociais.

As interpretações de soberania decorrentes de tais processos fundamentaram os dois tipos de nacionalismo denominados por Greenfeld como “individualista libertário” e “coletivista autoritário”. A autora também faz distinção de acordo com critérios de filiação à coletividade, que pode ser cívico - caso em que a nacionalidade é aberta e voluntária, passível de ser adquirida, ou étnico - caso em que a nacionalidade é inerente. Porém Greenfeld enfatiza que tais características tratam-se de tendências, modelos, que podem ou não encontrar respaldo na realidade.

A respeito da identidade nacional, Greenfeld afirma que trata-se de algo específico, não genérico. Ressalta que frequentemente particularidades podem existir entre membros de uma população séculos antes da formação de uma identidade nacional; em outros casos, esse senso de singularidade pode ser desenvolvido paralelamente ao surgimento da identidade

nacional. O fator essencial pontuado por Greenfeld é a necessidade da consciência, da percepção:

Uma característica essencial de qualquer identidade é que ela é necessariamente a visão que o ator em questão tem de si mesmo. Portanto, ou existe ou não existe. Não pode estar adormecido e em seguida ser despertado como um tipo de doença (...) Identidade é percepção. Se uma determinada identidade não significa nada para a população em questão, esta população não possui essa identidade específica. (GREENFELD, 1993 p.13, tradução nossa).

A autora enfatiza que é usual que identidade nacional utilize características étnicas, porém, a etnicidade por si só não conduz à nacionalidade. Essas características podem formar a base do senso de identificação; são a “matéria prima” que pode vir a tornar-se elemento significativo, porém, é a identidade nacional que, por sua vez, aplica um “princípio organizador” a esses elementos, concedendo-lhes sentido e transformando-os em elementos de uma identidade específica (GREENFELD, 1993).

Para fins de análise, Greenfeld distingue três etapas no desenvolvimento de movimentos nacionalistas: estrutural, cultural e psicológica. A autora enfatiza que a aderência à uma identidade nacional é geralmente precedida por realocamento ou mudanças na posição de grupos sociais influentes; tais mudanças fazem com que as definições tradicionais existentes tornem-se incabíveis na nova realidade, favorecendo a adoção de uma nova identidade. A identidade nacional incorpora-se em uma sociedade a partir da necessidade de adequação às transições estruturais.

Greenfeld explica que o fato da nova identidade adotada ser “nacional” decorre da existência e da viabilidade de desenvolver-se no contexto de certo tipo de conjunto de ideias, como a ideia de nação. A identidade nacional ganha força pois possui o caráter de um elemento capaz de solucionar as adversidades geradas pelas mudanças estruturais. As diferenças na natureza dessas adversidades - as quais Greenfeld atribui a origem dos nacionalismos específicos - explicam assim as distinções entre os tipos de nacionalismo.

Por fim, ao abordar a dimensão psicológica, a autora pontua que em muitos casos o surgimento da identidade nacional é acompanhado de ressentimento e essa emoção resulta na elevação dos elementos tradicionais e de cunho étnico por parte dos agentes, ou a construção de um novo conjunto de valores - hostil aos princípios do nacionalismo “original.” A base da identidade nacional e da consciência nesses casos, desenvolve-se a partir do que Greenfeld caracteriza como “transvaloração de valores.” Esse fator é analisado pois para Greenfeld o nacionalismo conota uma espécie de identidade, no sentido psicológico, implicando na

autodefinição: “Nesse sentido, qualquer identidade é um conjunto de ideias; uma construção simbólica” (GREENFELD, 1993, p.20, tradução nossa).

A sequência de análise desenvolvida por Greenfeld leva a autora à conclusão de que o nacionalismo não é um produto forjado na era moderna: historicamente, sua manifestação antecedeu o desenvolvimento dos elementos significativos da modernidade e contribuiu, em interação com outros fenômenos, para moldar as matrizes econômica e cultural modernas; afirma ainda que na conjuntura dos elementos nacionais, a identidade nacional antecede a formação das nações; os sistemas sociais, os agrupamentos políticos, característicos da era moderna derivam da crença e consciência das populações nas identidades: “As ideias do nacionalismo (..) foram também produzidas por restrições estruturais e inspiradas pelas tradições que as precederam. Antes que o nacionalismo fosse a causa de certos processos sociais, era o efeito de outros” (GREENFELD, 1993, p.21, tradução nossa).

1.3 Craig Calhoun

Para o autor Craig Calhoun, o nacionalismo é um discurso que explorando os laços étnicos⁸ primordiais, cumpre entre outras coisas, o papel de interligar os elementos de uma nação assim como de vincular passado, presente e futuro, conferindo sentido e fornecendo referência histórica de pertencimento aos indivíduos que a compõem.

Em interação com outros elementos, molda o sistema social e político das nações. É um fenômeno que tem aspectos da modernidade, mas ao contrário do que defende grande parte dos autores modernistas, os elementos nacionais não são meras invenções servindo somente como instrumentos manipulativos: possuem sim raízes e significados que os confere seu poder de atuação na sociedade moderna.

Assim como Greenfeld, Calhoun defende que a democracia moderna tem laços estreitos com o nacionalismo e também ressalta a questão da consciência da identidade nacional e do pertencimento, levantados por Greenfeld: “pois o ideal de autodeterminação exigia uma forte noção do eu coletivo em questão.” (CALHOUN, 2008, p. 444)

Em concordância com Smith, Calhoun reconhece que certas funções do nacionalismo somente puderam ser levadas a cabo a partir de desenvolvimentos modernos, como o capitalismo de imprensa, porém, existem objetos de suas reivindicações, principalmente a respeito de reconhecimento externo e soberania, calcados em elementos primordiais. O autor recusa os extremos das correntes modernistas e primordialistas e aposta em uma teorização

⁸ Os fundamentos éticos para Calhoun não provêm de uma linha biológica, mas de relações sociais.

“meio termo”: não acredita que as nações sejam puro resultado de interesses das elites e nem que sejam frutos de comunidades étnicas no sentido biológico da palavra; porém, afirma que estas derivam das relações sociais de comunidades anteriores e que preservam algumas de suas características organizacionais e culturais ao mesmo tempo em que sofrem influência da modernidade, seja por exemplo, na vertente política do nacionalismo.

Mas, o nacionalismo não pode ser reduzido ao seu uso político, uma vez que sua instrumentalização só é poderosa e quiçá efetiva devido à profundidade do significado que os elementos mobilizados por ele - a identidade nacional, as relações sociais, as particularidades culturais e a solidariedade - têm no caráter emocional dos componentes de uma população.

O autor aborda a ideia da superação das nações e do nacionalismo por um mundo cosmopolita. Afirma que apesar da popularidade da ideia cosmopolita, não está claro a nível teórico a grande incoerência suposta entre nacionalismo e cosmopolitanismo e nem se o último está realmente substituindo o primeiro na política mundial, como costuma ser argumentado. Calhoun reage às teorias de substituição das nações na modernidade, pois acredita que alguns estudiosos querem “dar um descanso à identidade e principalmente às políticas de identidade” (CALHOUN, 2008 p. 439, tradução nossa) e que tais ideias são propagadas por aqueles que enxergam as identidades nacionais como um erro.

O significado de cosmopolitanismo para Calhoun é “focar no mundo como um todo e não em uma determinada localidade ou grupo; estar confortável com a diversidade.” (CALHOUN, 2008 p. 428, tradução nossa). O autor não rejeita o aumento da integração e das conexões globais e diz que a ideia de um mundo sem nações é tentadora para alguns, mas isso seria como imaginar um “caldeirão de derretimento em que todas as etnias se dissolvem e formam um novo tipo de indivíduo” (CALHOUN, 2008 p. 437, tradução nossa).

Para Calhoun, a teoria da superação das nações despreza os motivos pelos quais a manutenção do caráter nacional e das particularidades identitárias são importantes para muitos indivíduos. Sua crença não está na superação ou no desaparecimento do nacional, mas na coexistência das identidades locais em integração com o sistema global e a modernidade: “vários tipos de identidade mesclada estão difundidas no mundo moderno. São evidenciadas pela migração internacional, pela integração europeia e pelas reivindicações de vários Estados sobre tradições e identidades culturais comuns” (CALHOUN, p. 438, tradução nossa)

Usando como exemplo a questão da Palestina, o autor afirma que embora o nacionalismo tenha sua vertente problemática, não existe uma solução pós nacional evidente para problemas do tipo. Assim como Smith, Calhoun refuta o pensamento de que a era moderna torna o caráter nacional algo obsoleto e insiste na necessidade de estudos sobre o

tema, pois afirma que a intensificação da interdependência também fortalece os movimentos nacionalistas uma vez que “muitas visões de pertença são também respostas à globalização” e não necessariamente no sentido negativo, a exemplo dos movimentos extremistas: em sua visão, o apego às conexões moldadas por tradições e cultura são também uma forma que os indivíduos comuns encontraram de se localizar em um mundo cada vez mais dinâmico.

1.4 Síntese

As perspectivas acima serão a base para analisar a questão específica da Catalunha nos próximos capítulos deste trabalho. Assim, assume-se uma posição teórica intermediária entre as correntes modernista e primordialista para compreender os conceitos chave que exercem influência no desenvolvimento de uma nação e na intenção de determinadas nações de refletir-se em um aparato estatal.

Como levantado por Smith, Greenfeld e Calhoun, o presente trabalho toma a nação não como uma invenção, mas como um fenômeno cuja existência depende de desenvolvimentos modernos ao mesmo tempo em que seu significado no vínculo psicológico de seus componentes deriva de elementos étnicos (reais em algumas nações; forjados em outras). As nações e os elementos que as cercam ainda geram profundos laços e conexões entre os indivíduos e as teorias que defendem que serão diluídas e superadas em uma nova ordem cosmopolita não apresentam evidências que possam sustentar tal crença.

Por identidade nacional compreendemos um tipo de identidade coletiva que estrutura a vida de populações nos âmbitos social, cultural e político e é moldada por relações sócio-culturais, baseadas em laços psicológicos, preservadas e propagadas historicamente por determinados grupos (nações); depende, fundamentalmente, de consciência e percepção. As características de cada identidade nacional são maleáveis e podem ser reinterpretadas ao longo da história.

O nacionalismo é interpretado como um discurso que muitas vezes é instrumentalizado politicamente, mas que não pode ser resumido à mero mecanismo de domínio: primeiramente, desempenha importante papel também na manutenção da coesão social; em segundo lugar, não se trata de uma narrativa sem profundidade; se não tivesse sentido e conexões emocionais, não seria capaz de mobilizar os interlocutores.

Por fim, nem todas as nações têm uma origem pré moderna, mas muitas outras possuem elementos étnicos reais. A etnicidade difere de raça; não é apreendida no sentido

biológico, mas por um conjunto de características e tradições que foram perpetuados nas relações sociais de populações específicas por longos anos.

Diferentes tipos de comunidades étnicas espelharam diferentes tipos de nações em questões institucionais, culturais e sociais. Autênticos ou não, os elementos étnicos são usados em todas na manutenção da unidade social; o que garante sua eficácia não é a veracidade, mas sua assimilação pelos indivíduos que compõem a nação. Portanto, questões como a factualidade de origens étnicas e o papel dessas origens nos movimentos nacionalistas devem ser analisadas a cada caso.

2. CAPÍTULO II

Para compreender a dimensão das demandas independentistas recentes é necessário pontuar eventos e situações importantes na história da Catalunha como região autônoma e seus vínculos com o governo central espanhol. O intuito deste capítulo é demonstrar o caráter tradicionalmente individualista assumido pela Catalunha, mesmo quando encaixada no aparato burocrático de um Estado e como a sua relação com a monarquia espanhola foi estruturada ao longo dos anos até culminar na situação vivida contemporaneamente. Para isso, será apresentada a seguir uma síntese dos eventos mais relevantes desta trajetória.

2.1 Dinastia Catalã

O ponto de partida será o final do século X, período da Dinastia Catalã, quando Barcelona, enquanto mais importante condado catalão, era governada pelo conde Guifré El Pilós, primeiro rei da Casa de Barcelona. Foi Guifré o responsável por definir o território no qual veio a se desenvolver a região da Catalunha. Já em 1137, a união dos então chefes⁹ das dinastias Catalã e Aragão originou a Confederação Catalã-Aragonesa cujo domínio territorial alcançou seu apogeu entre os séculos XII e XIII. A Catalunha tornou-se um principado do Reino de Aragão. A estrutura governamental da região foi sendo aprimorada ao longo dos séculos e adquirindo cada vez mais o caráter da burocracia moderna por meio da criação de instituições, de código jurídico e representação política.

No ano de 1027 as Assembleias de Paz e Trégua (*Assemblees de Pau i Treva*) já constituíam o primeiro mecanismo parlamentar da Catalunha; foram criadas para conter as disputas entre os senhores feudais e resguardar o comércio no século XI; foi a origem das demais instituições que desenvolveram-se compondo o aparato governamental da região. Em

⁹ Ramón Berenguer IV e Petronella de Aragão

1192, as Cortes Catalãs, que precederam o atual parlamento, foram convocadas pela primeira vez; instituíram os pilares do direito civil, comercial e administrativo. Capdevila (2012) assinala as principais regulamentações das Cortes: em 1251 foram instruídos os prazos processuais jurídicos; no ano de 1283, estabeleceu-se a obrigatoriedade de julgamento prévio para privação de bens por motivos de dívida; em 1289, instituiu-se que o Estado deveria ser responsabilizado pelos danos causados por suas ações; em 1481, estabeleceu-se a soberania das decisões das Cortes perante ao rei.

As sentenças das Cortes juntamente com os decretos reais deram origem ao primeiro código jurídico da Catalunha, nomeado “Constituições e outros direitos do Principado da Catalunha”. Tratou-se de um processo em que a construção da lei derivou dos usos e costumes (CAPDEVILA, 2012). Esse foi o sistema jurídico sustentado até 1714. A representação política dava-se por meio do Conselho dos Cem - conselho deliberativo que governou desde o século XII, sendo abolido com a queda de Barcelona em 1714 - e da *Generalitat* - um grupo de deputados encarregados pelo rei do recolhimento de impostos, que tornou-se, posteriormente, o órgão executivo do principado.

Os Consulados do Mar foram mais uma importante forma de regulamentação estatal na história da região. Surgiram pela necessidade de resguardar os comerciantes, dada a expansão territorial do período. Além de mediar a solução de divergências, criaram espaços fortificados para que os mercadores armazenassem seus produtos. Originaram o primeiro código de direito comercial da história, o *Llibre Del Consulat De Mar* de 1273 (CAPDEVILA, 2012).

No século XV, o Rei Martín de Aragão morreu sem deixar descendentes e foi sucedido por seu sobrinho da dinastia castelhana de Trastâmara, Fernando I. Esse fato foi considerado por Capdevila o início da decadência da Catalunha. O domínio castelhano na região se seguiu através do casamento de Fernando II com Isabel de Castilla, união que posteriormente culminou na formação da monarquia espanhola, cujo reinado favorecia Castela em detrimento da Catalunha. Porém, a independência das instituições governamentais e a separação política, econômica e militar entre as Coroas foi mantida. Ainda não havia uma unidade espanhola. É ressaltado por Dominguez (2014) que Fernando e Isabel, conhecidos como reis católicos, nunca utilizaram o título de reis da Espanha e por Capdevila (2012) que a palavra Espanha, como denominação estatal, não existia na época.

Em 1640 a Guerra dos Segadores levou a *Generalitat*, liderada pelo clérigo Pau Claris, a estabelecer a Primeira República Catalã. O conflito se deu pela obrigação que o Rei Felipe IV impôs aos camponeses catalães, que não eram parte do conflito espanhol, de

abrigar e contribuir financeiramente com tropas espanholas que lutavam contra o rei francês Luís XIII. A Primeira República foi breve: em 1659, França e Espanha cessaram a guerra com a assinatura do Tratado dos Pirenéus; por meio deste, o rei espanhol entregou parte dos territórios catalães – Rosellón, Conflent e parte da Cerdanya – à França.

Ainda no século XVII, mais uma vez a morte de um rei sem descendentes gerou resultados negativos, iniciando um período conflitivo entre as duas coroas. Carlos II foi sucedido por um Bourbon, Filipe V, em 1701. Tal fato desencadeou oposição da Inglaterra, Holanda e Áustria que formaram uma aliança e declararam guerra à França e Espanha pelo trono espanhol. A Coroa de Aragão firmou um pacto com a aliança, garantindo apoio à nomeação do Arquiduque Carlos, da Áustria, como rei, em troca do compromisso de manter independente as leis e o aparato estatal da região. As motivações foram o fato da Inglaterra e Holanda serem modelos econômicos e também a aversão da elite catalã ao caráter centralizador de Filipe V. Em 1705, contrariando Castela, os catalães proclamaram o arquiduque Carlos rei, que reafirmou o acordo quanto à autonomia da Catalunha. Capdevila (2012) ressalta que o intuito da *Generalitat* era manter as liberdades e privilégios da população catalã. Em 1707 as tropas dos Bourbon ocuparam Valência, Aragão e três cidades catalãs. Filipe V aboliu os tribunais e os privilégios dos reinos de Valência e Aragão. Em 1711 o rei Carlos renuncia à Coroa de Aragão para suceder o imperador austriaco. Em 1713 os aliados assinaram o Tratado de Utrecht cedendo o trono a Filipe V que em troca renunciou ao trono francês.

Sem o apoio dos aliados, a representação da Catalunha ficou por conta das suas instituições de autogoverno, os Três Comuns. A *Generalitat* convocou a junta militar e o Parlamento para resolver o dilema que o historiador Agustí Alcoberro (2016) define como um dos mais importantes de sua história: se iriam render-se para minimizar as perdas materiais e humanas ou defender-se a qualquer custo. Alcoberro ressalta que negociações políticas com Filipe V não eram cogitadas em nenhuma hipótese.

No dia 9 de julho, o Parlamento e a junta militar proclamaram que a Catalunha resistiria. No dia 25 de julho, o exército das Duas Coroas deu início ao Cerco de Barcelona. Alcoberro (2016) enfatiza que o governo catalão precisou estruturar a defesa e garantir os recursos e suprimentos para a guerra, além de enviar embaixadores às cidades aliadas. Era um governo de cunho republicano, cujo discurso político era pautado no patriotismo. (ALCOBERRO, 2016, p.100, tradução nossa.)

2.2 Cerco de Barcelona e perda da soberania

Houve luta nas cidades catalãs por 14 meses. Barcelona foi bombardeada principalmente entre abril e junho e a repressão se alastrou para as demais regiões; Em 11 de setembro de 1714, Barcelona foi tomada por espanhóis e franceses e a Catalunha perdeu sua soberania. As tropas de Rafael Casanova, autoridade no período do cerco, foram derrotadas. Capdevila (2012) ressalta que o enterro dos combatentes em vala comum próxima à catedral Santa Maria do Mar, em seguida veio a ser um símbolo do povo catalão com a construção de um monumento conhecido como *Fossar de les Moreres*, onde “uma lâmpada votiva arde eternamente em memória dos patriotas caídos” (CAPDEVILA, 2012). Posteriormente, a data ficou marcada como *Diada*, o dia nacional da Catalunha, em homenagem àqueles que morreram defendendo a região.

Filipe V iniciou um longo período de repressão política, econômica e cultural. O idioma catalão foi proibido, as universidades fechadas,¹⁰ pelos *Decretos de Nueva Planta* foram dissolvidos as Cortes, a *Generalitat* e o Conselho dos Cem. Destruíram-se os monumentos das cidades catalãs; Alcoberro (2016) destaca que mais de 4.000 combatentes foram presos ou executados. A repressão linguística foi particularmente marcante; o castelhano foi imposto à uma população que até então não era bilíngue por meio das escolas, das igrejas e de toda administração que estava sob controle do Estado. A abusiva cobrança de impostos levou grande parte da população à pobreza. O crescimento econômico que veio no século XVIII ocorreu não graças ao novo governo, mas apesar dele (ALCOBERRO, 2016).

2.3 La Renaixença

No século XIX viveu-se na Catalunha o período conhecido como “A Renascença”, que impactou tanto no âmbito cultural quanto político. Começou-se a reivindicar o uso do idioma nativo e o direito de ensinar o catalão nas escolas. A vertente literária da Renascença elevou o catalão ao status de expressão culta por meio da difusão na sociedade de poesias e obras com apelo afetivo. A dimensão linguística teve suma importância na manutenção dos laços sentimentais da população. Alcoberro (2016) destaca que no momento em que parecia impossível para a região recuperar sua independência como Estado soberano, o idioma oferecia a possibilidade da “independência” cultural: “Se a Catalunha não poderia ser um Estado, poderia ser uma nação, porque sua língua era a nação.” (ALCOBERRO, 2016, p.

¹⁰ Com exceção da Universidade de Cervera, por declarar apoio ao rei.

142). Muitos escritores passaram a divulgar obras sobre a origem da nação catalã e as tradições da região voltaram gradualmente a ser difundidas na população por meio das artes. A classe dos artistas teve extrema importância pela sua capacidade de integrar diversas camadas da sociedade, principalmente aquelas que se encontravam mais distantes.

Esses movimentos de recuperação das características que foram reprimidas impulsionou o desenvolvimento de ações políticas que tentavam de alguma forma reaver a autonomia da região, ainda que por meio de acordos com o governo espanhol. Foi o período em que se solidificaram as bases ideológicas dos movimentos políticos contemporâneos. Destacam-se a criação das associações *Lliga Regionalista* e *Centre Català* (CAPDEVILA, 2021). Tais ações são caracterizadas por Alcoberro (2016) como as bases do catalanismo político contemporâneo.

A construção do catalanismo político foi influenciada por diversas vertentes. Alcoberro (2016) ressalta que com a constatação do fracasso da Primeira República e da baixa aderência ao federalismo fora da Catalunha fizeram o republicanismo federal saltar de um posicionamento abstrato e ideológico à reivindicação do Estado catalão “como expressão política de uma nação e de uma identidade.” Integrantes do clero que eram parte do antigo partido moderado também aderiram à reivindicação. A estes se juntaram defensores da democracia e um importante segmento da burguesia industrial. A partir de 1880, estes grupos passaram a celebrar os Congressos Catalanistas para discutir as necessidades da região e meios para alcançar maior autonomia frente ao governo espanhol e formaram em 1891 a União Catalanista, em que se destacou a atuação do fundador do periódico *La Renaixença*, Enric Prat de la Riba, em prol da difusão do catalanismo. Este mais tarde veio a fundar o Centro Nacional Catalão. Eleito presidente de Barcelona em 1907, criou o *Institut d'Estudis Catalans* para impulsionar estudos científicos sobre as substâncias da cultura catalã.

A União Catalanista aprovou, em 1892, as Bases da Manresa, um documento que estabelecia os pilares para uma Constituição Regional Catalã. Segundo Capdevila (2012) era o ponto de partida para que a Catalunha fosse um Estado Federal dentro do Estado espanhol. Pela primeira vez após o Cerco de Barcelona, determinou-se de forma concreta as atribuições do governo catalão e suas relações com o governo central.

As Bases determinavam, entre outras coisas, que o governo da Catalunha seria encarregado do exército da região, além de todo o controle de defesa e segurança; das relações internacionais; da resolução de conflitos e litígios; da elaboração do teto regional de gastos e da criação e coleta de impostos; da fabricação da moeda e do sistema jurídico.

Estabeleceu o catalão como idioma oficial dos órgãos públicos e a exclusividade de cargos públicos para catalães natos ou naturalizados. (CAPDEVILA, 2012)

Após o Cerco de Barcelona, foi somente à época da Primeira Guerra Mundial que as organizações voltaram a reivindicar independência de forma explícita. No século XX o autogoverno catalão começa a se restituir a partir da criação da *Mancomunitat de Catalunya*, que permitiu ao presidente Prat de la Riba exercer função executiva em questões de obras públicas, educacionais, sanitárias e etc. Derivou da junção de quatro regiões provinciais em que partidos catalães haviam vencido as eleições: Barcelona, Tarragona, Girona e Leida. A *Mancomunitat* foi dissolvida em 1924 pela ditadura de Primo de Rivera, que coordenou mais um período de repressão ao povo catalão até 1930.

Rivera foi responsável por outra série de violências à cultura catalã. Fechou entidades culturais, proibiu o uso em público do idioma, a bandeira, a edição de livros e qualquer manifestação cultural pública. Interditou o estádio do clube de futebol Barcelona e suspendeu suas atividades por 6 meses por uma ocasião em que torcedores catalães vaiaram o hino espanhol. (ALCOBERRO, 2016).

2.4 A Catalunha no Pacto de São Sebastião

O fim da ditadura deu lugar ao advento da Primeira República Espanhola. A Proclamação derivou de um acordo entre republicanos e esquerda que pelo Pacto de São Sebastião criaram a República com o consentimento da condição da Catalunha como região autônoma. Mas somente autonomia não era o desejo dos catalães. Em abril de 1931 Francesc Macià, fundador do partido *Esquerra Republicana de Catalunya*, proclamou a República Catalã como um Estado dentro da Federação Ibérica. Entretanto, o recente Estado não possuía recursos para defender-se como tal. Incapaz de sustentar um equilíbrio de poder bélico com a Espanha, Macià foi obrigado a negociar e ceder assim que encarou a ameaça militar.

Essa negociação culmina na restituição do Parlamento e da *Generalitat*, dessa vez, como órgão de autogoverno que redigiu o primeiro Estatuto de autonomia, *Estatut de Núria*, cujo texto discriminava as competências da *Generalitat* como órgão executivo e as relações entre Catalunha e Espanha. Macià foi eleito presidente da *Generalitat*. O Estatuto foi levado a referendo e teve a importante marca da votação favorável de mais de 400.000 mulheres, que até então não tinham direito a voto no Estado espanhol. Quando levado para aprovação da

Espanha, o texto da *Generalitat* sofreu muitas restrições. Os políticos, assim como grande parte da sociedade civil, eram contrários à autonomia.

As eleições para o Parlamento catalão realizadas em 1932 foram vencidas por uma coalizão de esquerda. Para Dominguez (2014), foi prova de que o nacionalismo havia se consolidado. Com a vitória dos partidos de direita em Madrid, em 1933, as relações entre os governos voltaram a ser conturbadas. Alcoberro (2016) enfatiza que foi um período de radicalização na sociedade espanhola.

Com o aumento das tensões, outra vez um líder declarou um Estado independente; outra vez, por poucos dias. Lluís Companys, que havia sucedido Macià na presidência da *Generalitat*, rompeu com Madrid, porém, apenas até a chegada do exército espanhol a Barcelona. O Palácio do poder executivo foi invadido, Companys e os demais funcionários do governo foram detidos. A *Generalitat* e o Parlamento foram dissolvidos, repetindo um ciclo que ocorre com frequência na história da Catalunha. O Estatuto da Autonomia foi suspenso. Companys foi anistiado em 1936 e assumiu a presidência novamente até a Guerra Civil.

2.5 O Franquismo

Em 1936, um grupo de militares dirigiu um golpe contra a Segunda República Espanhola, dando início a Guerra Civil que traria mais uma fase repressiva e violenta. Os insurgentes que tomaram Navarra e Galícia não tiveram sucesso imediato nas grandes cidades, como Madrid. Na Catalunha, a guarda republicana com o apoio dos sindicatos e dos partidos de esquerda conseguiram conter os avanços e forçar a rendição do general Goded. As tropas de Franco chegaram ao território catalão em 1938. O Estatuto da Autonomia e as instituições foram outra vez suspensos. No ano seguinte, o general acabou oficialmente com o governo republicano e instaurou a ditadura franquista.

Em 1940, Lluís Companys foi fuzilado pelo exército espanhol sem direito a julgamento. Historiadores ressaltam que Companys foi o único presidente democraticamente eleito a ser fuzilado no exercício de seu mandato por um regime fascista. O político e então presidente do Clube de Futebol Barcelona, Josep Sunyol, teve o mesmo destino. O ciclo de violência só teve fim em 1975 com a morte do ditador.

Os membros da *Generalitat* e dos antigos centros culturais mobilizaram uma grande rede de apoio para seguir com a propagação da identidade catalã e para proteger o povo durante o exílio, principalmente no México e na Argentina. Criaram centros para

compartilhar itens de necessidade básica, como roupas, remédios e comidas; também publicaram livros no idioma nativo, que estava proibido na Espanha.

A herança deixada pela Guerra Civil estendeu-se até o pós franquismo. Além das perdas humanas, o prejuízo atingiu a infraestrutura e os centros industriais. Os efeitos nas produções foram tamanhos que desde a tomada de poder pelo general até 1951 houve racionamento de produtos básicos e alimentícios. Grande parte da população estava em situação de pobreza.

2.6 Redemocratização e recuperação da autonomia

A Catalunha conseguiu recuperar alguma autonomia apenas a partir de 1977, com o retorno do regime monárquico. Em 11 de setembro um grande número de cidadãos tomou as ruas protestando contra as repressões e a favor do respeito às liberdades e pediam por “*Llibertat, amnistia, Estatut d'Autonomia*”. A *Generalitat* foi restituída, assim como o Parlamento, mas suas atribuições foram limitadas. A Constituição espanhola de 1978 ao instituir o regime de comunidades autônomas, estabeleceu um artigo discriminando a função do exército de manter a integridade territorial espanhola; tal parágrafo foi alvo de críticas de estudiosos que argumentavam que um exército cuja principal função é manter a ordem interna ao invés de proteger o território contra inimigos externos é prova de que a integração entre as nações que compõem esse território não é voluntária, porém forçada (CAPDEVILA, 2012).

Em 1980, o partido *Convergència i Unió* venceu as eleições parlamentares e Jordi Pujol tornou-se presidente da *Generalitat*. Entre as metas de Pujol estavam a recuperação e defesa da cultura e tradições da região. Empregou uma relação pacífica com a Espanha, o que o possibilitou ampliar gradativamente o nível de autonomia do governo e instituir medidas como a exigência de conhecimento de catalão para funcionários públicos e o ensino em língua catalã. Seu governo coincidiu com o período em que a Espanha tornava-se Estado - Membro da então Comunidade Econômica Europeia.

Governou durante vinte e três anos e realizou importantes transformações estruturais na administração, modernizando todo o aparato institucional de governo, com ações que abarcaram desde o aspecto cultural com a Lei de Normalização Linguística até o estabelecimento de um serviço de saúde universal. Foi um período marcado pelo fortalecimento da Catalunha como nação e da identidade própria de seu povo e pelo enfrentamento da resistência espanhola de conferir mais poder às regiões autônomas.

2.7 Reforma do Estatuto da Autonomia

A sucessão de Pujol na presidência da *Generalitat* ficou por conta de Pasqual Maragall que liderou a coalizão de esquerdas composta pelo Partido Socialista, pela Esquerda Republicana e pelo partido ecológico ICV-EUiA que saiu vencedora das eleições de 2003. O objetivo governamental era priorizar as questões sociais, porém Maragall enfrentou a difícil tarefa de coordenar uma coalizão de partidos que eram tradicionalmente concorrentes em uma região que vinha de um longo período governada por partido único.

Maragall, decidido de que o Estatuto da Autonomia vigente era ultrapassado e limitava o desenvolvimento da Catalunha, insistiu na necessidade de mudanças para ampliar os poderes do governo. Em 2005, com o voto favorável de 120 dos 135 deputados, o Parlamento catalão aprovou uma nova redação e levou o texto a referendo. Quase 50% da população compareceu para votar e o novo Estatuto, que, entre outras coisas, definia a Catalunha como uma nação, foi aprovado por 73,9%.

Quando submetido ao Congresso espanhol, o texto foi substancialmente modificado a ponto do presidente da Comissão Constitucional, Alfonso Guerra, afirmar que havia "escovado o Estatuto". O Partido Popular de Mariano Rajoy recorreu ao Tribunal Constitucional contra os catalães. Com a percepção de que a Catalunha tentava avançar em termos de autonomia, a reação de Madrid foi desde intervenções jurídicas até um boicote aos produtos catalães.

Tanto a elaboração quanto a contestação das demandas da *Generalitat* expressas naquele documento acirraram as tensões entre os governos de tal forma que a sentença proferida repercute até hoje. Madrid provava uma vez mais que não estava disposta a negociar. Para os catalães, ficava evidente que era impossível aprimorar um autogoverno sob intervenção da Espanha.

Aos entraves políticos, somava-se o chamado "*Expolio Fiscal*." A pasta econômica da *Generalitat* demonstrou números exorbitantes de impostos pagos ao governo espanhol, que não retornavam para a região e acrescentava mais um elemento ao conflito: se a Espanha não investisse na Catalunha, a *Generalitat* precisaria ter poder para fazê-lo. A pauta econômica foi apenas mais um catalisador de um processo que, como já foi evidenciado, é longo e complexo.

2.8 Da autonomia à independência

Nesta problemática existe o recorrente questionamento sobre os motivos que transformaram as demandas por autonomia em demandas por independência. As circunstâncias até aqui descritas demonstram que o enquadramento como uma comunidade autônoma dentro do Estado espanhol nunca foi o desejo dos catalães, porém foi a forma encontrada pela elite política de diminuir o seu nível de subordinação, dado o fato de que as vezes em que as autoridades da Catalunha declararam independência, não conseguiram mantê-la, devido a disparidade de poder militar com os espanhóis. O ponto crucial da restrição ao Estatuto da Autonomia foi ter provado que um desenvolvimento catalão sob jurisdição da Espanha era impossível. Os entraves nas negociações e a austeridade do governo espanhol degradavam cada vez mais a relação entre as duas regiões e essa percepção foi gradualmente sendo identificada por indivíduos de todas as camadas da população.

Em 2009 a opinião popular a respeito da independência foi medida por meio de consulta pública pela primeira vez. No município de *Arenys de Munt*, a sociedade civil organizou uma consulta que foi impedida pela justiça, quando acionada pelo advogado do Estado. Esse embargo foi recebido como um atentado à liberdade de expressão e os organizadores pressionaram o governo com o apoio da imprensa para prosseguir com a realização das consultas.

No ano de 2010 saiu a sentença do Tribunal Constitucional sobre o recurso movido pelo Partido Popular contra o Estatuto da Autonomia. O Tribunal declarou a inconstitucionalidade de 14 artigos e outros 27 foram considerados interpretáveis. Essas ações dissolveram substancialmente o conteúdo do Estatuto; além de impedir a expansão da autonomia, motivo pelo qual os catalães haviam redigido tal texto, ainda culminou na diminuição das competências vigentes.

Os poderes do Conselho de Justiça catalão foram significativamente limitados. Considerou-se inconstitucional o artigo que determinava que a fiscalização exercida pelo órgão *Síndic de Greuges*¹¹ seria exclusiva para a administração da *Generalitat* e das entidades dela derivadas. A autonomia legislativa em termos de tributação foi negada, assim como as competências do governo local quanto às questões orçamentárias e fiscais. Tal recorte atingiu a redação também em seus aspectos simbólicos: nos parágrafos que referiam-se à preferência pelo idioma catalão nas administrações públicas e meios de comunicação e nos parágrafos que definiam a Catalunha como uma nação e os elementos que a constituem como tal.

¹¹ Entidade responsável por garantir os direitos e liberdades individuais por meio da supervisão das ações dos órgãos públicos.

Os artigos considerados interpretáveis referiam-se, entre outros, aos direitos históricos da população catalã; às consultas populares; aos idiomas cooficiais e a preferência pelo uso do catalão nos órgãos públicos e nas instituições de ensino, assim como sua difusão; às atribuições da *Generalitat* em geral e em específico em questão de imigração, tributação, cultura, direito civil e também às competências do Superior Tribunal de Justiça e ao sistema judiciário da Catalunha.

Em julho, a população respondeu à sentença por meio de um protesto organizado pela entidade *Òmnium Cultural* que reuniu milhares de pessoas com o lema “Somos uma nação. Nós decidimos.” As ruas cheias de Barcelona mostravam que a indignação pelo boicote ao Estatuto não estava limitada à elite política. Nesse cenário, surgiram associações e grupos articulados como o Agora ou Nunca, Soberania e Justiça, Associação de Municípios Catalães Pela Independência que retomaram, no contexto contemporâneo, a propagação da ideia de um Estado catalão fora do domínio espanhol.

Tais organizações com o apoio da sociedade civil passaram a realizar consultas e promover manifestações em prol da independência. As lideranças políticas estavam cada vez mais articuladas com a população. Em 2012 surgiu a Assembleia Nacional Catalã, uma organização cidadã, fruto de propostas do movimento Conferência Nacional pelo Estado Próprio, com o principal objetivo de promover em 2014 uma consulta popular vinculante sobre a independência. A Assembleia, que possui recursos próprios e não é vinculada a partidos políticos, atua até hoje na reivindicação de um Estado para a Catalunha. Na comemoração da *Diada*¹² no mesmo ano, houve uma numerosa manifestação proclamando “Catalunha, o novo Estado da Europa”.

Paralelamente, a Espanha estava sendo governada por Mariano Rajoy, que conduzia uma política de austeridade para com a *Generalitat*. Devido às dificuldades de consenso, o presidente catalão Artur Mas em acordo com os demais partidos do Parlamento optaram por antecipar as eleições regionais como forma de averiguar a posição popular quanto à independência. Os separatistas foram maioria entre os eleitos.

Em novembro, 107 dos 135 deputados votaram a favor de iniciar o processo para a celebração de um referendo e solicitaram negociações com o governo espanhol. Por 85 votos contra 41, aprovou-se a “Declaração de soberania e direito a decidir do povo da Catalunha,” que foi suspensa pelo Tribunal Constitucional. Em 2014 o Parlamento apresentou uma solicitação oficial ao governo espanhol pedindo a transferência de competências jurídicas

¹² Comemoração do Dia Nacional da Catalunha

para a realização do referendo. O Parlamento espanhol não atendeu, proibindo as consultas que deveriam ocorrer em novembro. A realização do referendo entrou para as demandas da *Diada* naquele ano.

O veto espanhol fez com que o Parlamento da Catalunha aprovasse uma lei autônoma com o intuito de realizar uma consulta popular de caráter informal, uma vez que o referendo só poderia ocorrer se autorizado pelo governo central. A Espanha pediu ao Tribunal Constitucional a suspensão da Lei de Consultas Não Vinculantes e da votação. Com a proibição, o Parlamento catalão reagiu utilizando um mecanismo previsto no Estatuto que garante à população o direito de opinar nos assuntos públicos e convocou um “processo de participação cidadã”.

O processo também foi proibido pelas cortes judiciais dias antes de sua realização. Desta vez, a solução encontrada pela *Generalitat* foi unir-se à sociedade civil e propor que as organizações não governamentais dessem seguimento às consultas. Compareceram 2,3 milhões de pessoas e os votos pela independência foram de 80,76%. O ministro Rajoy considerou o ato “uma propaganda política; uma farsa.” O Presidente Artur Mas foi indiciado pelo governo espanhol por não impedir as votações.

As eleições parlamentares de 2015 confirmaram a força dos independentistas; estes, juntamente com os candidatos que não tinham posição formada sobre o separatismo, mas defendiam o direito de decidir, obtiveram maioria com 72 das 135 cadeiras. No ano seguinte, Carles Puigdemont foi eleito presidente da *Generalitat*, comprometendo-se a tirar os planos de independência do papel no prazo de um ano e meio, enquanto Rajoy seguia à frente do governo de Madrid.

O início de 2017 na Catalunha foi marcado por outra tentativa de realizar o referendo mediante um acordo com a Espanha que foi prontamente dispensado por Rajoy. Meses depois, Puigdemont anunciou que em 1º de outubro a consulta iria acontecer. O Parlamento catalão respaldou-se na “Lei de Referendo” e afirmou que esta garantia a validade jurídica necessária. A *Generalitat* emitiu um decreto de convocação, assinado por todos os ministros do governo, chamando a população a participar da consulta de caráter vinculante para responder a pergunta “Deseja que a Catalunha seja um Estado independente em forma de República?” Puigdemont afirmou que o governo declararia a independência em caso da maioria de votos positivos.

O porta-voz da *Generalitat*, Jordi Turull, informou que 2,26 milhões dos 5,3 milhões de cidadãos com idade eleitoral registaram-se para votar. Nos dias que antecederam a consulta, o governo espanhol ordenou o bloqueio dos sites que informavam sobre locais e

horário de votação, o recolhimento de todo material de propaganda, o isolamento dos colégios, além da prisão de membros envolvidos na organização. Após acusar a polícia catalã, os *Mossos d'Esquadra*, de não colaborar com o fechamento das seções eleitorais, a Espanha nomeou o coronel da Guarda Civil, Pérez de los Cobos, diretor técnico da instituição, para impedi-la de ajudar nas votações. A população protestou pela realização do referendo.

O referendo ocorreu na data marcada sob forte repressão e muita violência por parte da guarda civil. Grupos de bombeiros catalães precisaram fazer cordões de isolamento para proteger a população da brutalidade da polícia. As forças militares espanholas empenharam-se para impedir a votação interditando os colégios eleitorais, bloqueando a entrada da população e confiscando cédulas, sob o argumento de Mariano Rajoy de que sua realização era ilegal, pois a Constituição determina que a Espanha é indivisível. Muitas seções foram ocupadas por votantes que reivindicavam o direito de decidir.

Apesar disso, a consulta contou com a participação de 2,2 milhões de cidadãos (43% da população). Computaram-se 2.020.144 (90,9%) votos a favor da independência, 176.565 (7,87%) votos contra e 65.715 (2,92%) votos em branco. As organizações independentistas organizaram uma greve geral no dia 3 de outubro em protesto contra a violência ocorrida no dia 1º.

No dia 10 de outubro de 2017, os partidos separatistas, seguindo o resultado do referendo, assinaram uma declaração unilateral de independência no Parlamento, intitulada “Declaração dos Representantes da Catalunha”. Através do texto, afirmavam: “Constituímos a República Catalã, como Estado independente e soberano, de direito, democrático e social.”

Seus efeitos foram suspensos temporariamente pelo presidente Puigdemont, que ainda tentava conseguir um acordo com a Espanha através de mediação da comunidade internacional. Ao discursar no Parlamento, Puigdemont afirmou que em um “gesto de responsabilidade” desejava apresentar ao governo espanhol e a todos os cidadãos os resultados do referendo e propôs a suspensão da declaração unilateral para seguir o caminho do diálogo. Ao pleitear negociações, Puigdemont reiterou que a relação entre Espanha e Catalunha não funcionava, portanto, uma reestruturação era necessária.

O presidente respondeu ao levantamento de que um referendo, para ter validade jurídica, precisa ser autorizado pelo governo central e pelo Rei, afirmando: “A Constituição é um marco democrático, mas também existe democracia para além da Constituição.” A suspensão da declaração de independência foi criticada por partidos separatistas que

recusavam-se a voltar atrás, defendendo que o resultado do referendo não poderia ser ignorado.

Apesar da ressalva de Puigdemont, dias após a suspensão da declaração os partidos *Junts pel Sí* e *CUP* levaram ao Parlamento uma resolução para que a *Generalitat* aplicasse seus efeitos e iniciasse o processo constituinte. Com 70 votos a favor, 10 contra e 2 em branco, a resolução foi aceita assim como a validade da declaração de independência. A Catalunha foi declarada um Estado independente em forma de República.

Minutos depois, Mariano Rajoy, com o apoio do Rei Felipe 6º, acionou o artigo 155 da Constituição Espanhola. O mecanismo, considerado o mais extremo referente à intervenção nas regiões autônomas, nunca havia sido ativado desde a redemocratização do país. Este, permite ao governo central assumir o controle de uma região. A aplicação foi autorizada pelo senado espanhol com 214 votos a favor e 47 contra. O artigo determina, entre outras coisas, que “se uma Comunidade Autônoma (...) atuar de forma que prejudique seriamente o interesse geral da Espanha, o Governo poderá adotar as medidas necessárias para obrigar a região a cumprir essas obrigações ou a proteger o referido interesse geral.”

A ferramenta deu a Rajoy o poder de desmantelar todo o governo da *Generalitat* e as entidades dela dependentes e dissolver o Parlamento, até o momento da intervenção, de maioria separatista, para assim impedir a independência. O ministro também obteve poder para controlar os *Mossos d'Esquadra*, que respondem a *Generalitat* e somente em situações extremas passam a ser tutelados pelo governo espanhol, podendo inclusive substituí-los por oficiais da Guarda Nacional. Rajoy tornou-se autoridade nas áreas de comunicação e relações públicas, com o controle dos sistemas de informática do governo catalão e de todos os meios de comunicação.

Rajoy acabou com a autonomia catalã em todos os âmbitos. Puigdemont foi destituído da presidência da *Generalitat*, que foi entregue à vice primeira ministra espanhola Soraya Sáenz de Santamaría. Todos os seus ministros foram substituídos por autoridades escolhidas pelo Primeiro Ministro. Foram também destituídos o diretor geral da polícia catalã e o representante oficial do governo catalão em Madrid. Dissolveu-se o Parlamento e foram convocadas eleições regionais. Rajoy ordenou a extinção de todas¹³ as representações da Catalunha no exterior e do Conselho de Democracia Pública da Catalunha, órgão que coordena a agenda de Relações Internacionais catalã.

¹³ Exceto Bruxelas

O vice-presidente da *Generalitat*, Oriol Junqueras e os ministros Josep Rull, Jordi Turull, Meritxell Borràs, Carles Mundó, Raül Romeva, Dolors Bassa e Joaquim Forn foram presos sob acusação de sedição. Exilado em Bruxelas, Puigdemont convocou uma conferência de imprensa para informar a comunidade internacional sobre a situação da Catalunha. Em novembro, ocorreu uma manifestação massiva em Barcelona pedindo a libertação dos presos políticos.

Nas eleições de dezembro, convocadas pelo governo espanhol para substituir o Parlamento que aprovou a Declaração separatista, o povo catalão mais uma vez reiterou a sua postura quanto à independência. Com um marco histórico de participação, contando com mais de 79% do eleitorado, a população mais uma vez garantiu um parlamento majoritariamente independentista. Durante as campanhas, foi proibido o uso de símbolos relacionados aos movimentos independentistas e de libertação dos encarcerados, inclusive o uso da cor amarela em propagandas eleitorais. Apesar disso, o bloco pró independência obteve 47,5% dos votos e 70 cadeiras. Os partidos mais votados foram *Junts per Catalunya*, de Puigdemont, que estava exiliado; *Esquerra Republicana de Catalunya* de Oriol Junqueras, encarcerado e a CUP. Roger Torrent foi escolhido para presidir o Parlamento. Em maio do ano seguinte, o deputado do partido *Junts per Catalunya*, Joaquim Torra, foi eleito presidente da *Generalitat*.

O período pós referendo foi marcado por tensões entre a repressão espanhola a qualquer movimento relacionado a independência e as reações tanto dos líderes políticos quanto da sociedade civil catalã. Exilado em Bruxelas, Puigdemont formou uma organização nomeada Conselho pela República para poder contribuir com os projetos independentistas e adquirir apoio internacional para as demandas da Catalunha. Meses depois, foi detido pela polícia alemã que o manteve em custódia, esperando sua extradição. A ONU aceitou a queixa formal apresentada por Puigdemont sobre as violações de seus direitos.

Por diversas vezes a população catalã saiu em protesto pedindo o retorno dos governantes exilados, o cumprimento da declaração de independência e a libertação dos presos políticos, em especial de Jordi Sànchez, presidente da Assembleia Nacional Catalã e de Jordi Cuixart, presidente da *Òmnium Cultural*, que foram encarcerados antes da realização do referendo e passaram mais de um ano presos sob acusação de rebeldia por organizarem manifestações separatistas. Em 2018, os partidos independentistas emitiram votos decisivos para a aprovação de uma moção de censura contra o governo de Mariano Rajoy, acusado de corrupção. Pedro Sánchez tornou-se o novo Primeiro Ministro espanhol.

O Conselho de Direitos Humanos da ONU pediu à Espanha a libertação dos presos políticos. Afirmaram que seus direitos foram gravemente violados pelo intuito espanhol de conter as reivindicações separatistas, que as detenções contrariam sete artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e questionaram a parcialidade dos juízes. A ação, porém, não surtiu efeito positivo. Em outubro de 2019, o Supremo Tribunal condenou os 12 réus pela participação e organização do referendo de 2017. Os separatistas, acusados de rebelião, desobediência e desvio de verba, receberam sentenças de até 13 anos de prisão e perda de direitos políticos. A Procuradoria espanhola acusou-os de mobilizar violentamente a população para modificar a Constituição.

Com a sentença, a Espanha dissolveu definitivamente o alto escalão do governo catalão responsável pelo referendo. Foram condenados à prisão: Oriol Junqueras, ex-presidente da *Generalitat*; Carmen Forcadell, ex-presidente do Parlamento catalão. Raül Romeva, ex conselheiro de Relações Internacionais; Dolors Bassa, ex conselheira do trabalho; Jordi Turull, ex porta voz da *Generalitat*; Josep Rull, ex conselheiro de território e sustentabilidade e Joaquim Forn, ex conselheiro do interior; Jordi Cuixart, presidente da associação *Òmnium Cultural*; Jordi Sánchez, presidente da Assembleia Nacional Catalã. Os ex-conselheiros das relações institucionais, da cultura e da justiça, respectivamente Meritxell Borràs, Santi Vila e Carles Mundó, tiveram seus direitos políticos inabilitados.

Presidindo a organização Conselho pela República Catalã, Carles Puigdemont, exilado na Bélgica, fez um forte apelo para que a população catalã demonstrasse nas eleições parlamentares de 2021 a perseverança de seu apoio por um Estado independente. O ex presidente enfatizou que os três anos pós referendo foram marcados por repressão, encarceramento e exílio e que compreende a frustração dos catalães pela não efetivação da independência, porém, pediu união para que o separatismo pudesse recuperar suas forças e seguir os passos que a região decidiu dar em 2017:

Se nestas condições tão difíceis, tão adversas e tão duras, fomos capazes de manter a posição e de vencer, imagina se continuarmos, se perseverarmos (...) se nestas eleições houver uma mensagem contundente para o mundo de que a Catalunha quer ser independente, que a Catalunha merece a independência, e que essa vontade, apesar da repressão, apesar do medo, apesar da desmobilização, se mantém mais forte que nunca.

A resposta catalã contou com um marco histórico: nas eleições de 14 de fevereiro de 2021, pela primeira vez, os partidos independentistas (*Esquerra Republicana de Catalunya*, *Junts per Catalunya* e *Candidatura d'Unitat Popular*) somaram não somente o maior número de assentos no Parlamento, mas também o maior número de votos nas urnas. A integração espanhola será representada pelo Partido Socialista Catalão e pelo VOX, partido de extrema-

direita que conseguiu cadeiras pela primeira vez. Dias depois, a Espanha reafirmou que não tornará fácil o governo dos separatistas: o Congresso espanhol rejeitou mais uma proposta de negociação pleiteada pela *Esquerra Republicana*, que objetivava alcançar “uma solução acordada e democrática para o conflito político.”

CAPÍTULO III

Em decorrência das origens das duas regiões, os processos de criação das identidades nacionais na Espanha e na Catalunha percorreram caminhos distintos. A população catalã, ao longo dos séculos, foi tornando-se cada vez mais integrada e articulada. A difusão de uma cultura comum e o senso de solidariedade garantiam a viabilidade da ideia de nação. A Espanha, por outro lado, enfrentou adversidades para vincular sua população a uma identidade nacional, tanto pela diversidade existente entre as comunidades quanto pelos conflitos internos recorrentes em sua trajetória enquanto Estado.

O Estado espanhol surgiu através da incorporação, por meio de uniões e conquistas, de diversos outros povos, abarcando sob seu domínio uma pluralidade de grupos que já possuíam suas particularidades consolidadas antes da constituição da Espanha como ente estatal. Desde que a Coroa de Aragão foi integrada à monarquia espanhola, a identidade catalã foi por diversas vezes reprimida em aspectos que incluíram desde a proibição de seu idioma até a dissolução das suas instituições governamentais. Essa repressão, que não foi restrita à Catalunha, mas alcançou também outras comunidades, derivou do desejo espanhol de homogeneizar os grupos de seu território, sendo que este é, faturalmente, composto por comunidades plurais.

Tais características permitem enquadrar a Espanha como um Estado que desenvolveu-se a partir de uma *ethnie* horizontal. Como definido por Anthony Smith, as *ethnies* horizontais perpetuam-se quando a elite de um grupo alia-se às elites de outros e utiliza de um aparato governamental para manter sua autoridade em um determinado território. Para Smith, a Espanha é um “exemplo descontínuo e incompleto de incorporação burocrática realizada por um Estado étnico horizontal.” (SMITH, 1991, p.52, tradução nossa.) Smith afirma que casos como estes validam a teoria modernista, uma vez que a estrutura estatal precede o possível desenvolvimento da nação.

Devido à forma pela qual o Estado espanhol foi constituído, este não teve, por muito tempo, as características genuínas que compõem uma nação, como os sentimentos de pertencimento e solidariedade entre os indivíduos. Essa carência prejudicou a construção da

identidade nacional, que ocorreu tardiamente em comparação às identidades catalã e basca. O resultado foi um reino pouco unido, com dificuldades de manter coesão entre os grupos que o compõem. Assim como estabelecido por Weber (1919), a integridade territorial espanhola é dependente do monopólio da violência legítima e tal dependência é intensificada pela ausência de elementos que conectem sentimentalmente a população à organização política. Na dificuldade de encontrar elementos identitários comuns, as autoridades espanholas tentaram difundir um tipo de nacionalismo classificado por Greenfeld (1992) como nacionalismo cívico, enfatizando o elo existente entre a população construído pela condição de igualdade jurídica e pela Constituição. Foi preciso um grande esforço governamental para empregar na sociedade o que Smith classifica como “lealdade cívica não espontânea.” (SMITH, 1991).

A construção da identidade espanhola foi em grande medida dependente de seu caráter aristocrático e religioso. No período dos Reis Católicos, a monarquia passou a impor o catolicismo por meio do Tribunal do Santo Ofício. Até então, os poderes reais eram derivados de Deus e a concepção atual de nação como um povo detentor da soberania era inexistente. À medida em que a Espanha aumentava seu domínio territorial, a monarquia comprometia-se cada vez mais com a fé e a religião. Foi com a invasão de Napoleão a Espanha que ocorreu uma maior unificação das massas com a elite política. Os civis foram essenciais na luta contra a ocupação e o contexto da Guerra de Independência fez surgir a ideia do reino como uma nação. A Constituição de 1812 definiu pela primeira vez¹⁴ que a nação, e não mais o rei, detinha a soberania.

Inicialmente essas mudanças não foram bem recebidas pelos conservadores católicos. Com o fim da guerra, Fernando VII passou a combater a disseminação da ideia de legitimidade popular. A monarquia precisava sustentar a crença de que o seu poder era derivado de Deus, pois assim não poderia ser contestado. Colocar a fonte do poder no povo era entendido como um perigo. Porém, essa escolha acarretou problemas no futuro quando o país precisou difundir uma narrativa nacionalista para garantir a manutenção de sua integridade territorial. Como exposto por Greenfeld (1993), a evolução do conceito de nação culminou em um significado que implicava que decisões governamentais deveriam ser condizentes com a vontade popular. Tal condição foi por muito tempo evitada pelo governo espanhol, fazendo com que políticas de aproximação entre sociedade e Estado somente

¹⁴ No caso espanhol.

surgissem no momento em que a baixa integração no país tornou-se uma ameaça aos interesses nacionais.

A influência da Igreja Católica foi também, a princípio, um empecilho na solidificação da identidade nacional espanhola, principalmente no âmbito educacional, embora posteriormente o catolicismo viesse a ser uma das características adotadas como representativas da Espanha. A intervenção do clero nos processos de aprendizado refletiam seu caráter antiestatal, uma vez que o desejado era que o compromisso maior do indivíduo fosse com a Igreja. Até 1857 a história da Espanha não fazia parte das matérias do ensino infantil, porém, era lecionada a disciplina “Doutrina Cristã e Noções de História Sagrada” (CARVALHO, 2016, p.68)

Outro fator prejudicial na criação da identidade espanhola foi a falta dos mitos e símbolos em torno dos quais se desenvolve a história da nação, que desempenham papel fundamental das narrativas nacionalistas. Como enfatizado por Smith (1997), esses símbolos são essenciais para a manutenção da memória afetiva de uma comunidade, uma vez que projetam a história e os laços que unem uma determinada população. Carvalho (2016, p. 62) ressalta que o Estado espanhol durante muito tempo, não teve “nem os recursos e nem a vontade política para difundir seus mitos nacionais”, tendo sido a Igreja Católica, por muitos anos, responsável por perpetuar o elo da fé para integrar a população. Somente a partir de 1843 a Espanha teve sua bandeira e o hino nacional, que não possui letra, foi criado no século XX.

Enquanto os demais Estados da Europa mobilizavam suas populações para combater inimigos externos e instigavam o nacionalismo no interior de suas fronteiras, a Espanha enfrentou entre os séculos XIX e XX distúrbios internos que fomentaram a segregação no território. O projeto de integração das massas somente ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, quando a elite religiosa, temendo a ascensão do socialismo, passou a incorporar a ideia nacional à identidade católica. Perante a emergência da Internacional Comunista, o desenvolvimento dos nacionalismos periféricos e a ameaça de desintegração territorial, o governo espanhol enxergou a necessidade de assegurar a lealdade da população à monarquia. Entre os mais liberais, começaram a surgir projetos nacionalistas, divididos entre aqueles que defendiam um Estado centralizado, baseado em uma identidade católica espanhola e os que acreditavam que a descentralização era necessária para o progresso da Espanha. É ressaltado por Carvalho (2016) que em 1880 as manifestações artísticas já passavam a assumir caráter identitário nacional. Estas serviram de inspiração para os projetos nacionalistas que surgiram ao decorrer do século XIX:

Na pintura, por exemplo, a temática majoritária passou da retratação das grandes famílias para a pintura espanhola, que celebrava a glória dos visigodos e dos monarcas da Idade Média. A história passou a ser a história da Espanha, com proliferação de livros e literatura em castelhano, retratando, no mais das vezes, as glórias do passado [...] Na antropologia, buscavam-se crânios que identificassem a “raça espanhola” e justificassem a existência de sua unidade. (Idem, p. 74).

O aparecimento no cenário internacional de um fenômeno¹⁵ que poderia ameaçar o Estado fez com que o nacionalismo passasse a ser fomentado na Espanha como movimento ideológico de defesa da nação. Entretanto, esse desenvolvimento acabou esbarrando na lenta e tardia modernização da monarquia espanhola. A vertente política do nacionalismo é em grande medida dependente de estruturas modernas. Como ressaltado por Benedict Anderson (1991), o capitalismo de imprensa foi essencial para o desenvolvimento de uma consciência nacional da qual derivaria a união popular. Em concordância, Smith (1997) condiciona a criação de identidades políticas e a difusão de tais ideais na sociedade à existência de elementos como sistema público de educação em massa, economia unificada com mobilidade de bens e pessoas e meios de comunicação de amplo alcance.

A Espanha precisava realizar o que Hayes (1960) define como “um treinamento cívico” para assegurar a lealdade de sua população, entretanto, faltavam os meios necessários para a estruturação de suas bases nacionais que por muito tempo foram negligenciadas. Até meados de 1910 o país não possuía integração viária, o que foi um empecilho na criação de um mercado nacional para ajudar na difusão de uma cultura única (CARVALHO, 2016). A educação era majoritariamente pautada no catolicismo. A lenta industrialização espanhola contrastava com o desenvolvimento acelerado da Catalunha e do país Basco.

No final do século XIX a independência de Cuba foi para o governo espanhol uma faca de dois gumes. Por um lado, gerou maior integração entre os intelectuais em decorrência dos sentimentos de inconformidade e de ressentimento pela derrota do país, que ocorreu no período em que as potências europeias colecionavam conquistas. Tais sentimentos, conforme enfatizado por Greenfeld (1993), desempenham papel importante na dimensão psicológica do nacionalismo. Esses pensadores, que ficaram conhecidos como geração de 98, se uniam em discussões para encontrar uma forma de regenerar o país e buscavam as causas de seus problemas, no momento em que a soma da derrota militar às condições estruturais precárias e pouco desenvolvimento econômico enfraqueciam a ideia da nação espanhola e os projetos nacionalistas. A vitória cubana catalisou uma crise identitária entre os intelectuais espanhóis.

¹⁵ O fenômeno referido é o comunismo, que representava uma ameaça tanto para a monarquia quanto para o clero.

Em meio às reflexões provocadas por essa crise, surgiram críticas às influências sofridas pelo imperialismo anglo saxão.

Nesse contexto, a geração de 98 almejava resgatar a *hispanidad* perdida quando a cultura colonizadora fortaleceu-se em detrimento das antigas tradições para com base nela conduzir o país à modernização, pois acreditavam que a solidificação da identidade espanhola era necessária para superar o fracasso na integração nacional. Inicialmente, a regeneração proposta tinha caráter liberal, passando pela superação da influência religiosa no poder público e nos sistemas de ensino. Porém, posteriormente os intelectuais passaram a compor a extrema direita. Essa direção tomada pela geração de 98 desencadeou uma polarização que se estendeu até a ditadura franquista.

Por outro lado, ao minar a tentativa de expansão, a derrota contra Cuba representou um fracasso nos planos de articular a população em uma nação espanhola. O ressentimento que serviu como incentivo para os intelectuais acima citados, foi apreendido por outra parte da população de maneira distinta: a capacidade de gestão do governo perdeu credibilidade enquanto as identidades catalã, basca e galega fortificaram-se. Capelato (2003) ressalta o acirramento de movimentos independentistas ocasionado também pela discrepância da industrialização em tais locais.

Ao mesmo tempo que os conflitos sociais foram crescendo, sobretudo nas regiões mais industrializadas como Catalunha e País Basco, nelas também começaram a ocorrer movimentos nacionalistas periféricos que se insurgiam contra o poder central. (CAPELATO, 2003, p. 53)

Os nacionalismos periféricos foram enfrentados pela elite centralizadora desde a ditadura de Primo Rivera até a II República, período em que intensificaram-se debates também a respeito da luta de classes e da influência religiosa em meio a modernização do país. A sociedade foi polarizando-se gradualmente até o desencadeamento da Guerra Civil, enquanto o governo tentava sustentar a ideia de nação por sua vertente cívica. Carvalho afirma que “a República espanhola queria nacionalizar as massas e mudar as lealdades de religiosas para laicas, a fim de criar o espírito cívico.” (CARVALHO, 2016, p. 77). É também ressaltado pelo autor que a reação conservadora politizou o nacional catolicismo, que voltava a defender uma sobreposição de cultura e religiosidade como ideal identitário para a Espanha. Com o estopim da guerra, o projeto nacional foi ainda mais fragmentado. O lado progressista lutava pelas liberdades e pela descentralização. Os conservadores defendiam a fé

a unificação e a raça:¹⁶ “Lutar pela Espanha significava lutar por Deus. A Espanha só era grande quando se defendia a fé.” (Idem, Idem).

A ditadura franquista apropriou-se da retórica nacional e atribuiu ao nacionalismo espanhol um caráter intolerante no que diz respeito à diversidade cultural existente no território. Sob o comando de Franco, a nação espanhola passava a ser, una, católica e tradicional. Os simpatizantes do comunismo, do federalismo e do Estado laico deveriam ser combatidos. As políticas do general Franco seguiam o cunho facista em ascensão na conjuntura internacional desde o período que antecedeu sua chegada ao poder. A tentativa de homogeneizar a cultura no território suprimiu o caráter autônomo das comunidades e proibiu a utilização de idiomas diferentes do castelhano, além das manifestações culturais e sociais que divergiam dos ideais estabelecidos pelo ditador.

Essas políticas geraram como efeito colateral a consolidação dos nacionalismos periféricos que já vinham fortalecendo-se durante a ditadura de Rivera e a Guerra Civil. Conforme Greenfeld (1993), o nacionalismo opera também em um campo emocional e desenvolve-se em conexão com experiências psicológicas que no caso da Catalunha, foram revividas cada vez que sua identidade era sufocada, resultando na valorização de suas características particulares e na hostilização do discurso homogeneizador espanhol. Em meio à repressão franquista, a resistência da Catalunha e do País Basco, encontraram apoio popular e engajamento da sociedade civil em ações que iam desde a celebração de cultos em idioma nativo à criação de organizações culturais clandestinas que propagavam a identidade perseguida.

Para o nacional- catolicismo de Franco a nação era uma predestinação biológica (CARVALHO, 2016). Discordância às suas imposições representavam a Anti-Espanha e precisavam ser sufocadas. A longa duração de sua ditadura contribuiu para que o nacionalismo espanhol fosse por muito tempo relacionado ao radicalismo, mesmo após sua morte. Os ressentimentos gerados pelos conflitos são até hoje empecilhos para a conquista de uma sociedade espanhola coesa. A mancha de Franco foi uma barreira aos projetos de integração nacional dos governos pós-franquistas no contexto da redemocratização e da valorização do respeito às liberdades, uma vez que era preciso muita cautela ao tratar da ideia de nação, desta vez, exaltada por seus aspectos cívicos, para que os discursos não fossem mais vinculados ao extremismo.

¹⁶ Estes não apresentavam explicações sobre o que seria a raça espanhola.

É exposto por Greenfeld (1993) que em determinados grupos a percepção das singularidades partilhadas surge simultaneamente ao desenvolvimento de uma identidade nacional. Porém, o Estado espanhol enfrentou um desafio maior: ao mesmo tempo em que tentava desenvolver uma identidade própria, precisava convencer indivíduos que já reconheciam-se como parte de outros grupos de que eles eram também espanhóis e, além disso, assegurar que fossem leais não mais aos subgrupos aglutinados pela Espanha, mas à monarquia espanhola. Esse processo somente seria bem sucedido se as conexões existentes entre indivíduos - Espanha fossem mais fortes que as conexões entre indivíduos - comunidades. Porém, a instabilidade política do início do século XX contribuiu significativamente para o aumento da desintegração do país:

23 anos de monarquia constitucional não democrática, mais outros sete de monarquia com ditadura e sem constituição; oito anos de República, dos quais três em guerra civil com parte substancial do território controlado por uma ditadura militar; trinta e seis de ditadura, três de transição e vinte e três anos de democracia (JULIÁ *apud* CARVALHO, 2016, p.75).

Enquanto a Espanha enfrentou dificuldades para trabalhar sua identidade nacional, a identidade catalã, por sua vez, perdurou. Com o histórico exposto no capítulo anterior, podemos perceber que o povo catalão, ao longo do tempo, vivenciou períodos de maior e menor coesão social, porém, o relevante para esta análise é notar que existem laços de união que foram conservados desde o período da dinastia e que consolidaram-se na *Renaixença*, alcançando um novo patamar tanto social quanto político. Essa evolução construiu as bases do Catalanismo¹⁷ presente nas demandas independentistas atuais.

É notável que o nacionalismo catalão, enquanto movimento de reivindicação de um Estado próprio, possui origens antigas, tal qual na teoria defendida por Smith (1997): trata-se de uma população cuja consciência identitária consolidada em tempos modernos é proveniente de vínculos sociais que precedem o advento da modernidade. Tais vínculos não implicam ligações genéticas. A *ethnie* da teoria de Smith não faz referência à raça ou biologia; assim como expõe Capdevila (2010), de um ponto de vista racial, a origem do povo catalão não possui um denominador comum¹⁸; refere-se, entretanto, às comunidades que desenvolveram relações sociais associadas a um dado território e perpetuaram historicamente tradições, memórias e elos culturais. Características étnicas por si só não implicam no desenvolvimento de uma nacionalidade, como teorizado por Greenfeld (1993), mas servem

¹⁷ Como é chamado o nacionalismo catalão.

¹⁸ “No podemos hablar de raza catalana, ya que su origen se remonta a los fenicios que poblaron su territorio, a las colonias comerciales griegas (Empurias) y a las 4 colonias romanas que dieron lugar a las ciudades catalanas más importantes: Barcino (Barcelona), Gerunda (Girona), Tarraco (Tarragona) e Ilerda (Lleida).” (CAPDEVILA, 2012, p.1)

como insumos na construção de uma identidade nacional e fornecem os elementos que serão mobilizados para fortalecer tal identidade, como ocorreu no caso catalão.

Esse antigo substrato étnico catalão foi revivido durante a *Renaixença* por meio de ações de restauração e valorização linguística e cultural que serviram de base para aspirações sociopolíticas que produziram o aspecto cívico do catalanismo. A conjuntura do período da *Renaixença* originou um movimento literário de exaltação das peculiaridades catalãs que surgiu como uma reação às ações repressivas de uniformização cultural espanholas e paralelamente culminou em demandas políticas. A distinção teórica que Greenfeld (1993) e Smith (1997) fazem entre nacionalismo cívico e étnico não pode ser aplicada ao caso catalão, uma vez que desde sua origem, o Catalanismo constitui um movimento cujas reivindicações cívicas foram fomentadas por elementos étnicos.

A *Renaixença* se insere em um cenário em que o romantismo adentra a Catalunha através de publicações líricas que vão ganhando espaço entre os intelectuais da época que apreendem-as como uma forma de resgate do passado e também entre a população em geral que adere ao gênero de exaltação das tradições em contraposição às inseguranças e às transformações sociais trazidas pela industrialização e pela modernidade. A criação da revista *El Europeo*, *El Vapor* e outros periódicos em Barcelona a partir de 1823 ofereceu espaço e visibilidade para as publicações que propagavam, através do romantismo, a apreciação da cultura e da língua catalã e tinham também traços do caráter nostálgico do nacionalismo na exaltação do passado. Tal qual teorizado por Smith (1997), o passado, real ou imaginado, foi usado como exemplo das conquistas que a nação já teve e que deveria voltar a ter. O catalão Victor Balaguer i Cirera ressaltava em suas obras o caráter liberal e promissor que a Catalunha tinha no período medieval. A autora Abrão pontua os traços dos textos desenvolvidos na *Renaixença*:

O elogio da língua tem duas vertentes: a histórica, em que o catalão é recordado em sua glória passada unido às obras imortais da Idade Média e a sentimental, pela qual o autor revive sua infância e recorda sua terra.” (ABRÃO, 2007, p.100, tradução nossa.)

Nesse contexto em que o idioma passa a ser apreendido tanto como uma forma de integração da nação com o passado quanto como um símbolo identitário, escritores como Rubió i Ors advogavam pela retomada dos *Jocs Florals*, concursos de poesia medievais catalães, como forma de recuperação da história e do valor da língua que era constantemente depreciada e marginalizada pelos projetos espanhóis, chegando a ter seu uso proibido nas escolas pela *Ley Moyono de Instrucción Pública* (ABRÃO, 2007)

Esses fatores evoluíram para a constituição de um movimento nacionalista na medida em que de maneira gradual foi adquirindo apoio tanto da burguesia quanto da classe operária; segundo Abrão (2007), a ineficiência governamental aliada às crises econômicas e ao centralismo fizeram com que a partir de 1855 as ações de defesa da Catalunha que até então constituíam uma forma de provincialismo¹⁹ (conceito que passou a ser empregado a partir da promulgação da Constituição de Cádiz para designar oposição à política centralizadora) progredissem para um regionalismo, dentro do qual surgiu o termo Catalanismo:

O descrédito do regime, a ineficiência financeira e o fracasso do processo de nacionalização provocaram a aproximação paulatina da burguesia catalã e dos proprietários rurais à causa de uma minoria de intelectuais e poetas. (ABRÃO, 2007, p. 105, tradução nossa.)

Abrão (2007) salienta que enquanto o provincialismo representa uma postura de incômodo com o governo central, o regionalismo volta seu foco à região em si e as suas peculiaridades. Não tratava-se mais de apenas questionar a política espanhola, mas do amadurecimento da crença de que a Catalunha, com a eficiência de suas instituições seculares e o entendimento das necessidades de sua população, era capaz de melhor administrar suas próprias questões, buscando a afirmação da identidade cultural catalã e uma reestruturação das relações políticas entre a comunidade e o governo espanhol. É perceptível que o amadurecimento do discurso catalanista vai de encontro com as afirmações de Calhoun (2008) sobre o nacionalismo: é uma narrativa que respaldou-se em laços étnicos para conduzir a construção de um sistema político.

O que até então era um movimento romântico literário aderido basicamente por intelectuais alcança outros estratos da sociedade e ganha contornos políticos que marcam a principal diferença entre o regionalismo e o provincialismo: ao pleitear mudanças no tratamento da questão territorial, o regionalismo deixa explícito um objetivo governamental significativo na constituição da vertente cívica do nacionalismo catalão. O movimento de essência política foi estimulado pela consolidação cultural e identitária adquirida na *Renaixença*. As origens do catalanismo exemplificam as afirmações de Smith (1997) de que o nacionalismo opera tanto como uma forma de cultura quanto como uma ideologia política. Abrão (2007) pontua que o regionalismo articulou-se mobilizando sentimentos coletivos e construindo identidade associada à memória coletiva.

O princípio político e filosófico do nacionalismo catalão surge de um contexto que combina as falhas do Estado espanhol tanto nos planos de criação identitária quanto na

¹⁹ “*Provincialismo se opone a la uniformidad en la terminología administrativa y política en comienzos de 1814 e indica el recuerdo vivo del Gobierno de las antiguas instituciones catalanas: Diputación General y Consell de Cent.*” (VICENS I VIVES, 1994, p. 228 apud ABRÃO, 2007, p. 94)

administração geral com uma dinâmica de enaltecimento da cultura catalã e da afirmação das distinções entre o ser catalão e o ser espanhol. A aderência popular, tanto da burguesia quanto da classe trabalhadora, foi essencial para que o movimento não ficasse limitado à esfera literária. As adversidades sociais surgidas com a industrialização, assim como disparidade entre a modernização ocorrida na Catalunha e no restante da Espanha contribuíram para que esses setores passassem a questionar a administração espanhola e fomentar o desejo de que representantes catalães tivessem competência para conduzir o desenvolvimento socioeconômico da região. Em conformidade com os postulados de Calhoun (2008), Smith (1997) e Greenfeld (1993), a evolução do catalanismo evidencia tanto a importância de estruturas modernas na construção do nacionalismo quanto a existência de elementos primordiais que são mobilizados por essas estruturas.

A retomada cultural catalã concretizou-se durante o Sexênio Revolucionário (1868 - 1874) impulsionada pela criação de jornais e revistas como *Lo Gay Saber* e *La Renaixensa* e também de produções artísticas na música e no teatro ao passo que o descontentamento com o Estado incentivou a direção política do catalanismo. Nesse contexto, surgiram duas ramificações do nacionalismo catalão: na primeira, tinha natureza progressista, liberal e laico, em forma de republicanismo federalista, que inspirou o catalanismo de esquerda consolidado posteriormente (ABRÃO, 2007). O federalismo passava a ser visto pelas regiões como uma maneira de recuperar seus valores históricos através da aquisição de autonomia; a segunda, levada a cabo por jovens intelectuais, propunha alternativas para a Catalunha fora do Estado espanhol. Desta surgiu a *Jove Catalunya*, primeira entidade que, em forma de associação, vinculou literatura às demandas políticas (Idem, p.119). Esse desenvolvimento exemplifica o que Smith (1997) defende ao dizer que o nacionalismo enquanto ideologia precisamente gira em torno de uma doutrina cultural.

Compreendemos, portanto, o catalanismo, como um movimento dotado de caráter político e cultural que experienciou uma multiplicidade tanto a respeito de estratégias quanto de tendências: conforme Abrão (2007) ao longo da história assumiu postura ora conservadora, ora progressista. Seu fundamento é afirmar a identidade catalã e diferenciá-la das demais regiões espanholas e com base nessa identidade, atualmente, busca conquistar um Estado próprio para sua nação. Para o autor catalão Albert Balcells, o catalanismo é, além de uma reivindicação identitária, também uma resposta à depreciação do ser catalão e ao "anti catalanismo"; uma resposta à hostilidade com a qual o governo espanhol lida com a Catalunha.

Analisando o movimento soberanista contemporâneo, percebemos que é a partir da reforma do Estatuto da Autonomia que ocorre a transição de reivindicações por autonomia para reivindicações por independência. Tal mudança fez com que o catalanismo passasse a ser rotulado por parte dos espanhóis como “nacionalismo de carteira”, devido à crença de que o desejo separatista era proveniente de insatisfação com os problemas econômicos do país. É fato que a crise financeira acentuou o descontentamento catalão com o governo espanhol, principalmente com as acusações de *Expolio Fiscal*²⁰ porém, a questão econômica se insere apenas como um elemento a mais em um conjunto de fatores que foram desencadeados e revividos com a problemática do Estatuto.

O quesito econômico, analisado pela socióloga Montserrat Fainé, impactou principalmente os cidadãos que consideram ter tanto identidade catalã quanto espanhola; a questão não foi considerada apenas pelos efeitos diretamente financeiros, mas também pela percepção de que estes efeitos ocorreram devido a uma dura exploração por parte do governo espanhol, servindo de argumento para independentistas de que tal exploração é prova de que a Catalunha continua sendo subjugada pela monarquia mesmo após a redemocratização. Segundo Fainé (2010), a aderência ao separatismo não pode ser reduzida à reforma do Estatuto ou a crise econômica, pois esses eventos somente tiveram o impacto que tiveram devido ao contexto histórico que os precederam.

Uma vez que a questão da alteridade identitária já estava consolidada, o estímulo oferecido pela política independentista para conquistar o respaldo da sociedade no período pós 2010 foi focado principalmente em argumentos cívicos, como o direito de decidir. Para Fainé esse foi o fator responsável por tornar a posição pró independência majoritária entre os catalães. Fainé (2010), enfatiza que desde que a Catalunha foi anexada à Espanha sempre houveram manifestações separatistas, porém, somente após 2010 as autoridades catalãs conseguiram formular estratégias de ações sólidas para que a independência fosse uma possibilidade real, o que culminou no aumento da aderência ao separatismo em curto período de tempo.

Por anos, o grupo de cidadãos nacionalistas pró independência foi minoritário, composto principalmente por pessoas politicamente ativas, defensoras da cultura catalã, cujo ciclo familiar tinha o idioma catalão como língua materna. A maioria da população, embora também partilhasse da crença de que a Catalunha constitui uma nação, estava conformada com sua inserção como comunidade autônoma espanhola e era indiferente à reclamação de

²⁰ Os governantes catalães reclamam que a Espanha recebe uma quantia exorbitante de impostos da Catalunha e não retorna esses impostos para a região em forma de melhorias e investimentos.

um Estado independente. Mas essa conjuntura tem sido transformada substancialmente desde 2010, segundo Fainé, graças à capacidade dos discursos nacionalistas de abranger para além da narrativa cultural tradicional, também propostas de maior integração político - democrática e de restituição dos elementos de cidadania que vem sendo constantemente abalados pelo governo espanhol desde o regime franquista até reforma do Estatuto da Autonomia.

Este tipo de discurso [...] tem convergido com as propostas de regeneração democrática e mudança social que vão surgindo a nível global, tornando-se uma forma específica Catalã de busca por novas fórmulas de participação cidadã. A reivindicação do próprio estado torna-se um objetivo em si, mas também um instrumento para alcançar um novo e melhor modelo de sociedade (Idem., p.81, tradução nossa).

Nesse sentido, a vontade popular tem sido a arma fundamental do independentismo catalão atualmente, que para Carvalho (2016, p.219), adequa-se principalmente como um nacionalismo cívico, “em que o critério de legitimação é o pacto social”. Entretanto, é essencial considerar que a vontade popular a qual se apela somente pôde ser uma ferramenta na tentativa de estabelecer um Estado próprio e na persuasão da sociedade porque os catalães corroboram com a ideia de que a Catalunha constitui uma nação e assim reivindicam o direito de decidir. A consciência de pertencimento trabalhada tanto por Greenfeld (1992) quanto por Calhoun (2008) é o elemento presente em segundo plano que sustenta o teor cívico que impulsionou a política separatista pós 2010.

Conforme exposto por Fainé (2010) o foco discurso que aumentou o apoio à independência não foi identitário ou cultural, porém, sem esses elementos, as questões políticas levantadas seriam rasas. Compreendemos, portanto, que na conjuntura atual possuir identidade distinta não é o principal argumento que motiva o catalão pró independência, inclusive pelo fato de que muitos catalães reconhecem-se também enquanto espanhóis, porém, foi a alteridade identitária que condicionou às relações entre Catalunha e Espanha à recorrentes conflitos políticos e ideológicos, resultando nas demandas separatistas recentes. É possível notar que o catalanismo valeu-se de uma pluralidade de estratégias ao longo dos anos, porém é inegável a dimensão de seu substrato cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra *Nationalism and After* o historiador Edward Carr afirmou que o nacionalismo era um fenômeno fadado ao desaparecimento. Entretanto, podemos perceber que recorrentemente surgem no mundo disputas motivadas por questões nacionalistas que, colocando à prova a integridade de muitos Estados consolidados, demonstram o contrário e também que o recrudescimento da interdependência não foi suficiente para tornar obsoleta a

ideia de nação, conforme Calhoun (2008). O caso catalão foi escolhido como objeto de análise deste trabalho por representar uma possibilidade de melhor compreender a perseverança do nacionalismo e da identidade nacional e sua inserção em um mundo globalizado, assim como dos diversos fatores político - sociais que permeiam a temática.

Avaliando as informações levantadas, concordamos com a afirmativa de Carvalho (2016) sobre o mal-estar de parte dos catalães não ser passageiro, uma vez que é nutrido por sentimentos históricos e profundos. Recorrendo às definições de Wendt, apreendemos a Catalunha e a Espanha como diferentes *selves*. Apesar da aproximação ocorrida após o fim da ditadura franquista e apesar de contemporaneamente muitos indivíduos assumirem tanto identidade espanhola quanto catalã, a cultura, o idioma, as instituições e o modo de viver catalão evidenciam uma identidade própria cujos atributos foram originados, inclusive, anteriormente ao desenvolvimento da identidade espanhola. Essa distinção foi significativa na construção das relações entre as regiões, na medida em que as questões sócio-culturais tornavam-se questões políticas.

A partir do histórico apresentado podemos compreender a alteridade identitária como a gênese de um dissenso político que estendeu-se por muitos anos e sob diferentes formas de governo, dificultando uma inserção estável da Catalunha dentro da Espanha. Como pontua Greenfeld (1992), determinadas alterações estruturais provocam a necessidade de adequação e muitas vezes essa necessidade favorece o desenvolvimento das identidades nacionais. Foi o que ocorreu quando a Catalunha passou a fazer parte da monarquia espanhola, forçando a convivência de governos que possuíam distintas prioridades, ideologias e problemas. Os desencontros surgidos prolongaram-se politicamente e socialmente, uma vez que o governo espanhol levou demasiado tempo para atentar-se à necessidade de trabalhar a integração social em seu território e quando o fez, não obteve sucesso.

Desses desencontros o catalanismo surge, não apenas como um movimento de resgate cultural, mas também como uma reação à postura centralizadora e às investidas de uniformização que ameaçavam suas peculiaridades²¹. A população catalã reconhece-se como nação, tal qual nas condições estabelecidas por Smith (1991): dentro de um determinado território, vem compartilhando por séculos cultura de massa, mitos e memórias coletivos; assim, parcela significativa dessa população reivindica um Estado próprio no qual as instituições jurídicas e governamentais sejam pautadas em suas preferências, respeitando suas

²¹ Vale ressaltar que no presente, nenhuma das políticas empregadas pelo governo Espanhol constitui uma intimidação à identidade ou à cultura catalã, todavia, a recorrência de ações repressivas no passado seguem sendo levantadas como argumento pelo nacionalismo catalão.

tradições, em concordância com significado contemporâneo da palavra nação apontado por Greenfeld (1992) que concede ao povo o status de detentor da soberania. Divergindo de tal qualificação, a Espanha impediu a descrição da região como nação no Estatuto da Autonomia,²² pois como exposto por Oliveira (2019, p.109), para transmitir a ideia de um reino uno, a narrativa espanhola recusa o reconhecimento de que um dia a Catalunha existiu fora da Espanha.

Para justificar suas demandas, o independentismo dispõe de razões tanto étnicas quanto cívicas. As razões culturais são apontadas com expressiva importância por representarem além de uma continuidade da conexão popular com o passado, também um símbolo da resistência catalã nos períodos repressivos da Espanha. Contudo, é nos aspectos cívicos que reside a ênfase do discurso separatista atual. Valendo-se do argumento de que a vontade popular deve ser respeitada em sistemas democráticos, a política pró independência reclama o direito de decidir.

Tal característica torna a aplicação da distinção teórica entre nacionalismo étnico e cívico inviável para o caso estudado. O nacionalismo catalão configura um exemplo de que não existe incompatibilidade entre essas duas formas, uma vez que seu discurso recorre à fundamentos de ambas as vertentes. A distinção teórica citada foi originada a partir da associação de movimentos étnicos à xenofobia e ao radicalismo, entretanto, os catalães valem-se de elementos étnicos não para fins de exclusão, mas para evidenciar a existência de uma identidade própria que não cedeu às tentativas de homogeneização cultural espanholas.

O pacto político da vertente cívica é também abarcado pelo catalanismo, conforme demonstrou Jordi Pujol (1979, p.265) em *Construir Catalunya* ao afirmar que são catalães todos os que vivem na Catalunha e que têm vontade de ser catalães. Trabalhar essa perspectiva foi um fator decisivo para aumentar a aderência popular à proposta de independência, uma vez que a região abriga um número expressivo de imigrantes de distintas regiões, principalmente na capital, Barcelona, que configura uma das cidades mais cosmopolitas da Europa.

O desafio da política separatista é ampliar cada vez mais sua margem de apoio para poder pressionar com maior intensidade e forçar negociações com a Espanha. A Catalunha é residência de uma população heterogênea que mostra-se, atualmente, dividida sobre a permanência da região no território espanhol. O método de confluir argumentos cívicos e culturais obteve resultados satisfatórios, pois fez com que o ideal da independência, antes

²²Texto que havia sido redigido pela *Generalitat*.

partilhado majoritariamente por cidadãos de identidade e família tradicional catalã, chegasse também a grupos que não pertencem a este círculo.

Articulando fundamentos democráticos, a estratégia pró independência busca convencer também a comunidade internacional de que a Catalunha deve ser um Estado independente. Para fazê-lo, a liderança catalã chegou a recorrer ao princípio de autodeterminação dos povos que é expresso na Carta das Nações Unidas como uma ferramenta para o alcance da paz. Contudo, segundo a interpretação do jurista Bermejo García²³ (2018, p.898), no Direito internacional a Catalunha não é contemplada com a autodeterminação, pois este direito aplica-se apenas aos povos coloniais e não para povos que fazem parte de um Estado, desde que este Estado respeite seus direitos fundamentais e liberdades. Assim, para obter reconhecimento internacional e legitimar a independência, os separatistas apostam na justificativa de que os cidadãos têm o direito de decidir e tal direito deve ser respeitado em regimes democráticos; diante disso, cabe à Espanha reconhecer a vontade popular expressa nas urnas do Referendo em 2017, retornando a ideia de que a soberania pertence ao povo.

Desse modo, consideramos que a reivindicação secessionista não é puro produto de motivações econômicas, tampouco é o catalanismo mera manipulação política. Contrariamente ao que esperava-se após a dissolução do Parlamento em 2017, a política independentista fortaleceu-se junto à sociedade catalã e continua trabalhando para que a Catalunha se torne um novo Estado. Todavia, no momento, a concretização da independência parece pouco provável, dada a disparidade de poder entre os governos espanhol e catalão e o fato de que a Espanha segue sem se mostrar disposta a abdicar de parte de seu território. Contudo, como expõe Carvalho (2016), não podemos esperar que tal demanda desapareça, uma vez que as razões de ambas as partes não são inéditas nem recentes e os atritos existentes seguem repetindo-se ao longo da história, além de que o separatismo configura um pacto sobretudo político, que não pode ser resolvido dentro das atribuições da Constituição espanhola.

²³ Professor de Direito Internacional Público da Universidade de León (Espanha).

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Janete Silveira. **Nacionalismo Cultural y Político: La doble cara de un proyecto único: Cataluña**. Barcelona, 2007. 314 p. Disponível em: <<http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/35530>>. Acesso em: 10 Mar 2020.

ADAMEC, Martin. **A formação da identidade nacional brasileira: um projeto ressentido**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ALCOBERRO, Agustí. **Historia de Cataluña en 100 episodios clave**. Tarragona, Lectio Ediciones, 2016.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ANDREU, Josep M.^a Castellá. **Tribunal Constitucional y proceso secesionista catalán: respuestas jurídico-constitucionales a un conflicto político-constitucional**. Teoría y Realidad Constitucional, Barcelona, v. 7, n. 37, p.561-572, 1 jan. 2016. Semestral. UNED - Universidad Nacional de Educacion a Distancia. Disponível em: <<http://revistas.uned.es/index.php/TRC/article/view/17021>>. Acesso em: 18 ago. 2019.

ASAMBLEA NACIONAL CATALANA. **Cronología del proceso de autodeterminación de Catalunya**. Disponível em: <https://int.assemblea.cat/es/cronologia-del-proceso-de-autodeterminacion-de-catalunya/>. Acesso em: 03 mar. 2019

BALCELLS, Albert. **Breve Historia Del Nacionalismo Catalan**. Alianza Editorial, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CALHOUN, Craig. **Nationalism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

_____. **Cosmopolitanism and nationalism**. Nations and Nationalism 14 (3), 2008, pp. 427–448.

CAPDEVILA, Gustavo. **La nación catalana. Origen, historia y el camino de la recuperación de la independencia**. Guregandik. 8. ed. Arturo Campion Centro de Estudios, 2012. 6 v. Disponível em: <http://arturocampion.com.ar/libros/Guregandiks/gure8/7.%20capdevila.pdf> . Acesso em: 10 out. 2019.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e Hispanoamérica**. História. V. 22 (2). 2003. p. 35-58. Disponível em: <[10.1590/s0101-90742003000200003](https://doi.org/10.1590/s0101-90742003000200003)> Acesso em: 09 fev. 2021

CARR, Edward Hallett. **Nationalism and After**. Londres: Macmillan and Co Ltd, 1945.

CATALUNHA, Presidente. (2016 - 2017, Puigdemont). **Discurso no Parlamento Catalão após o referendo de 1 de outubro de 2017**, 10 de outubro de 2017

CATALUNHA, Presidente. (2016 - 2017, Puigdemont). **Discurso ao Conselho Pela República**, 11 de setembro de 2020.

CARVALHO, Luís Fernando. **O Recrudescimento Do Nacionalismo Catalão: Estudo de caso sobre o lugar da nação no século XXI**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. 276 p. Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/1139-O_Recrudescimento_do_Nacionalismo_Catalao_13_01_2016.pdf . Acesso em: 20 fev. 2019.

COLOMBO, Silvana. Estado e soberania: uma visão a partir da sociedade internacional. Revista de Doutrina da 4ª Região, **Porto Alegre**, n.16 , fev. 2007. Disponível em: < https://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao016/Silvana_Colombo.htm > Acesso em: 08 jan. 2021.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, 1789. Universidade de São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, 2015. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>.

DOMINGUEZ, David U. **Cultura y Civilización Catalanas**. Brno: Masarykova univerzita, 2014, 172p.

DUAS CATALUNHAS. Direção: Álvaro Longoria, Gerardo Olivares. Netflix. 116 min.

EITB. **Puigdemont pone en suspenso los efectos de la independencia para dialogar**. Disponível em: <https://www.eitb.eus/es/noticias/politica/detalle/5136602/declaracion-independencia-cataluna-10-octubre-2017/>. Acesso em: 03 fev 2018

EL PAIS. **Guarda Civil espanhola coordenará a polícia da Catalunha para evitar o referendo da independência**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/23/internacional/1506161064_662386.html. Acesso em: 25 set 2017

_____ **Independentistas da Catalunha derrotam Governo espanhol em eleição com participação recorde**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/21/internacional/1513886148_134404.html

_____ **O desafio da secessão da Catalunha: Espanha condena separatistas catalães a penas de até 13 anos**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/14/internacional/1571033446_440448.html. Acesso em: 15 out. 2019

ESPAÑA, Constitución (1978). **Constitución Española de 1978**.

ESPAÑA, Ministerio De Asuntos Exteriores Y Cooperación. **Consecuencias Económicas de una Hipotética Independencia de Cataluña**. 2017. Disponível em: < <http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/SalaDePrensa/ElMinisterioInforma/Documents/Consecuencias%20econ%C3%B3micas%20de%20una%20hipot%C3%A9tica%20independencia%20de%20Catalu%C3%B1a.pdf> >. Acesso em: 09 out. 2019.

ESPAÑA. Tribunal Constitucional. **Sentencia 31/2010, de 28 de junio de 2010**. Disponible em: https://boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-2010-11409#top

FAINÉ, Montserrat Clua I. Identidad y política en Cataluña: el auge del independentismo en el nacionalismo catalán actual. *Quaderns-e*: Institut Català d'antropologia, **Barcelona**, Espanha, v. 19, n. 2, p.79-99, 9 dez. 2014. Disponible em: <<http://www.antropologia.cat/quaderns-e-285>>. Acesso em: 17 ago. 2019

GARCIA, Romualdo Bermejo. La crisis catalana y el desgobierno de los gobiernos de España. *Revista de La Facultad de Derecho de México*, **Ciudad de Mexico**, v. 68, n.271, p.890-924, set. 2018. Disponible em: <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rfdm/article/view/65381>. Acesso em: 15 ago. 2019.

GENERALITAT DE CATALUNYA. **Estatuto de Autonomía de 1979**. Disponible em: <<http://web.gencat.cat/es/generalitat/estatut/estatut1979/>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

GIRÓN Garrote, J. (2018). **España y Cataluña: historia de un desencuentro (1700-2017)**. *Acta Hispanica*, 23, 119-134. Disponible em: <https://doi.org/10.14232/actahisp.2018.23.119-134>

GREENFELD, Liah. **Nationalism: Five Roads to Modernity**. Harvard University Press, 1992.

GRIFFITHS, Martin; SULLIVAN, Michael. Nationalism and International Relations Theory. *The Australian Journal of Politics and History*, Vol. 43, No. 1, pp. 53-66, 1997.

GUIBERNAU, Montserrat. **National identity, devolution and secession in Canada, Britain and Spain**. *Nations and Nationalism*, v. 12 (1), p. 51 - 76, 2006. Disponible em: <<https://doi.org/10.1111/j.1469-8129.2005.00230.x>> Acesso em: 15 ago. 2019

_____ **Naciones sin Estado: Escenarios Políticos Diversos**. *Historia Contemporánea*, 23, p. 759-789, 2001. Disponible em: <<https://addi.ehu.es/bitstream/handle/10810/37903/15794-57174-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em: 15 ago. 2019

HAYES, Carlton J.H. **Nationalism: A Religion**. New York: the Macmillan Company, 1960.

KHENKIN, Sergey M. **Conflicto Catalán: Su Naturaleza Y Dinámica**. Iberoamérica: Ежеквартальный научный журнал на испанском языке.Издается ИЛА РАН, Moscou, Rússia, v. 7, n. 4, p.126-150, 5 out. 2018. Disponible em: <<http://www.iberamericajournal.ru/sites/default/files/2018/4/khenkin.pdf>> . Acesso em: 17 ago. 2019.

LEVRAT, Nicolas et al. **el Legítimo Derecho A Decidir De Cataluña: caminos Hacia La Autodeterminación**. Barcelona: Catalonia Votes, 2017. 21 p. Disponible em: <<http://www.cataloniavotes.eu/wp-content/uploads/2017/09/El-Legitimo-Derecho-a-Decidir-de-Catalunya.pdf>> . Acesso em: 20 set. 2019.

MEARSHEIMER, John J. Bound to Fail. The Rise and Fall of the Liberal International Order. **International Security**, Vol. 43, No. 4, (Spring, 2019), pp. 7-50.

NASCIMENTO, Paulo César. **Dilemas do Nacionalismo**. BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, No 56, 2o semestre de 2003.

OLIVEIRA, Luiza Santana de. **A Construção Da Cultura E Da Identidade Nacional: Uma Análise Do Independentismo Catalão E Do Catalanismo**. Belo Horizonte: PUC, 2019. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/RelacoesInternacionais_LuizaSantanaDeOliveira7878.pdf> Acesso em: 09/01/2021

ONU. **Carta das Nações Unidas**, 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/66716-carta-das-nacoes-unidas>

PIRIS, Jean-claude. La Unión Europea, Cataluña Y Escocia (Cuestiones Jurídicas Sobre Las Recientes Tendencias Secesionistas En Los Estados Miembros De La Ue). Teoría y Realidad Constitucional, **Barcelona**, España, v. 18, n. 37, p.101-134, nov. 2018. Disponível em: <<http://revistas.uned.es/index.php/TRC/article/view/17025>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

PUJALS, Joan Maria. **As Novas Fronteiras da Identidade**. Um caso concreto: Catalunha. [S.l.]: Instituto Raimundo Lúlio, 2008

PUJOL, Jordi. **Construir Catalunya**. Barcelona: Editorial Pòrtic, 1980.

REAL INSTITUTO ELCANO. **El Conflicto Catalán**. Madri, 2017. 32 p. Disponível em: <<http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/8ca9ef80-5dcd-4351-817d-3efc491412c2/Cataluna-Dossier-Elcano-October-2017.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=8ca9ef80-5dcd-4351-817d-3efc491412c2>>. Acesso em: 21 set. 2019

ROVIRA, Enoch Albertí. El Conflicto De Cataluña Como Crisis Constitucional. Fundamentos: Cuadernos Monográficos de Teoría del Estado, Derecho Público e Historia Constitucional, **Barcelona**, Espanha, v. 15, n. 8, p.301-341, maio 2019. Disponível em: <<https://www.unioviado.es/constitucional/fundamentos/Portada.html>>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SMITH, Anthony D. **National Identity**. London: Penguin Books, 1991.

_____ **Antiquity of the Nations**. London: Polity Press, 2004.

_____ **Ethno-Symbolism and Nationalism: A cultural approach**. London: Routledge, 2009.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 450 p.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1993.